



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO VIII — N.º 71 — SÃO PAULO, MAIO DE 1963 — Redação: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 S/2 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

A REABERTURA DO TARRAFAL

A Campanha desencadeada em todo o mundo pelo encerramento do Tarrafal apresenta um significado simbólico que transcende o aspecto humanitário do problema. Não é apenas em obediência a um simples impulso sentimental que em dezenas de países se erguem clamores contra a reabertura do Campo da Morte Lenta. A leitura dos apelos e demais documentos tornados públicos, bem como a natureza das manifestações organizadas para protestar contra o criminoso gesto do fascismo salazarista deixam claro que o apoio que os democratas de dezenas de países estão emprestando à campanha pelo encerramento do Tarrafal não tem em vista apenas as vítimas dos esbirros da PIDE deportados para o sinistro campo de horrores, mas também, e principalmente, o povo português no seu conjunto. Encontramo-nos diante de uma comovente manifestação de solidariedade prestada à pró-

pria Nação portuguesa em luta contra a oligarquia fascista que a oprime. Para os operários, os estudantes, os camponeses e os intelectuais democratas de Portugal empenhados no combate unitário pela derrubada do fascismo, as vozes amigas que chegam do Exterior, transformadas em clamor imenso contra Salazar e a sua Polícia Política, têm assim o significado e a força de um incentivo.

São, aliás, as mais diversas as formas pelas quais se traduz essa magnífica solidariedade. Elas vão desde o pronunciamento individual de altas personalidades que, como o dr. Jânio Quadros, estigmatizam o gesto de Salazar, apontando-o como CRIME CONTRA A HUMANIDADE, às denúncias endereçadas às Nações Unidas, passando por "meetings" no gênero do que se efetuou na Câmara dos Comuns britânica e pela cadeia interminá-

vel dos apelos e protestos das entidades representativas de trabalhadores e estudantes.

Não seria justo, contudo, omitir o papel importante que a emigração política vem desempenhando nessa campanha. No Brasil como na Inglaterra ou na França, nos países socialistas como nos jovens Estados norte-africanos a oposição democrática, através de um esforço de informação bem realizado, contribuiu decisivamente para a expressão internacional rapidamente alcançada pelo movimento em prol do ENCERRAMENTO DO TARRAFAL. É agindo dessa maneira, atuando com eficiência na execução de tarefas concretas que a oposição emigrada reforçará a sua unidade e aperfeiçoará! PORTUGAL DEMOCRATICO as suas estruturas orgânicas.

REABERTURA DO TARRAFAL É UM CRIME CONTRA A HUMANIDADE

Intelectuais Brasileiros Dirigem Apelo à ONU: Fechamento imediato do "Campo da Morte Lenta"

Jornalistas, deputados, escritores e advogados, enviaram ontem, ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas, U Thant, memorial protestando contra a reabertura do campo de concentração do Tarrafal e pedindo sua intervenção contra "mais esse crime contra a humanidade, praticado por Salazar".

OSSADAS AOS MONTES - monstruosas estruturas de granito, em forma de T, que se erguem do modo mais bizarro da natureza.



TRABALHO FORÇADO NO FUNDO DO OCEANO!
"KING-KONG"
LABROZ (DURO)
DELGADO PROTESTA CONTRA "CAMPO DE CONCENTRAÇÃO"
O GENERAL Humberto Delgado e o sr. Rui Lobo Gomes, ex-candidatos à presidência de Portugal, lançaram um manifesto contra a reabertura do Tarrafal, que chamam de campo de concentração da ditadura de Salazar.

CONTRA A REABERTURA DO TARRAFAL, CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DA DITADURA DE SALAZAR
Mortos. Faltou: Algote e Suplício
OS PRISIONEIRO DA

Por Justiça em Nuremberg

comando: "Brigada Brava" que foram enviados pelo boletim de um pouco de frente a, subseqüentemente pedidos, apresentando-se ao arrendado de setor, nos confins seus nomes, um

* FARA Jundo

prisioneiros tiveram de viver, durante um ano inteiro, arcos retirado do Tarrafal. Ao chegar ao campo, o pessoal estava de tal forma encardado, tiveram de ser sequestrados a multitudes, antes de ser comido.

SALAZAR COMEÇOU A DEPORTAR...
PARA O TARRAFAL...
CAMPO DA MORTE LENTA...
GOLANOS...
LENTA...

Problemas existênciar de de um is como ará ape-passado e insensível, o que deve em le forte dr. Sa-chando

da So-gnata-s, cada a agre-campos, les ex-camento e Mor-de uma

neral essor

O

te) — as al-n Gou suas nte. O diplina ruções deter-as Ar-tenen-óis ca-s são la In-liva, e Goa, apro-como le um iuer-ra es na-nência seis is te-pi-ção-

ho de am as dos Nin-o go-mento e não cole-

TEN-Disci-ção mal-ão já s Ar-

R. Cons. Furtado, 191, C.P. 4469 — SP, Brasil PORTUGAL DEMOCRATICO

O Caminho Revolucionário

LOPES MENDES

Ao defender a adopção de medidas de luta de carácter tipicamente revolucionário, isto é, com miras ao derrubamento da ditadura de Salazar, uma ditadura de 36 anos, partimos do princípio de que existem já condições objectivas propícias para um levantamento nacional, e de que as formas táticas e a organização existentes, em alguns casos, não correspondem ao grau de desenvolvimento das condições objectivas e à evidente e sentida aspiração nacional e popular de lograr, a curto prazo, uma modificação profunda na vida institucional e política portuguesa, sem excluir, claro está, antes pelo contrário admitindo e considerando, devidamente, as enormes lacunas, as etapas a vencer, os obstáculos e dificuldades de toda a ordem que uma tal conduta pressupõe e implica. É precisamente este aspecto da questão, o mais difícil, o menos trilhado, que nos preocupa e que trataremos de estudar através destas digressões.

Num importante documento interno, onde são amplamente descritos os acontecimentos de abril e maio no sul do país, acontecimentos que participaram ao redor de 350.000 camponeses manifestando o seu repúdio ao sistema de opressão semi-feudal e o seu desejo de uma transformação revolucionária, o P.C.P. chega a conclusões que, a nosso ver, caracterizam e definem com objectividade e honradez, a verdadeira situação em que nos encontramos, conclusões que nos devem servir de ponto de partida obrigado para a análise e metoidização do nosso trabalho político actual e futuro. — "As nossas maiores dificuldades — diz o documento — não residem tanto na falta de vontade de luta das massas trabalhadoras e do nosso povo, mas sim nas nossas debilidades no terreno da organização, da unidade e na direcção da luta".

Ninguém pode já sustentar que não existem condições nem clima popular propícios para um levantamento nacional contra a ditadura. O que, sim, é certo — e é nesse sentido que devemos encaminhar todos os nossos esforços e toda a nossa inteligência — é que, efectivamente, as formas de organização, os métodos de luta, as táticas e o grau de unidade das forças oposicionistas, e talvez a estratégia geral, não correspondem em certos pormenores operativos, em certos pormenores repetitivos, às necessidades da hora, à conjunção e imediatez de factores objectivos internos e externos, ao radicalismo das massas, ao forte sentir nacional de uma mudança revolucionária.

Como obter essa mudança? Quais são as formas de organização e os métodos de luta mais indicados?

Desde há muito e em todas as tribunas se tem falado disto, e todos estão e estiveram de acordo — mesmo aqueles que pouco contribuíram e contribuem para tal fim — pelo menos em dois pontos essenciais: — necessidade da unidade combatente e da aplicação de formas orgânicas que lhe sirvam de instrumento e escudo.

É tão elementar este princípio e de tão meridiana tangibilidade que, à primeira vista, parece assombroso, seja, ele, ainda, decorridos 36 anos de fascismo e de lutas, o ponto mais débil da oposição — o segredo da sua inoperância e da desmedida longevidade do regime; o calcanhar de Aquiles, a causa e efeito das deficiências do movimento anti-salazarista. Será isto verdade? Em parte, sim. Em parte não. Temos avançado muito neste terreno — no terreno da organização e da unidade. Temos mantido bem alta a bandeira da luta! Assimilamos as lições do passado e apesar de tudo, dos erros, das derrotas, das vítimas, não só não sucumbimos como estamos mais unidos que antes, que nunca, mais unidos e mais fortalecidos.

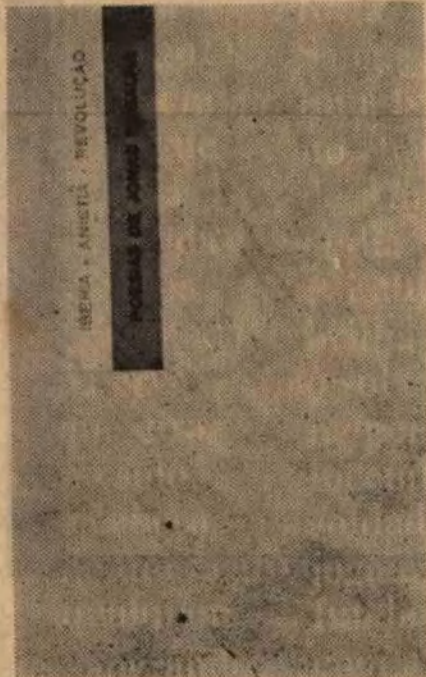
A dura batalha pela unidade e pela organização foi travada antes e continuará a sê-lo depois, muito depois da vitória. E se houve erros, houve também muitos acertos e vitórias!

Esta debilidade que apontamos e que é evidente, deve-se, de uma maneira geral, a causas naturais, profundas e múltiplas. Provêm não só da duração do regime, da ilegalidade, da repressão, do medo, como de factores mais remotos de índole histórica, entroncados na formação, distribuição e evolução das classes sociais, dos partidos e do pensamento político nacionais.

Um fenómeno frisante e bem definido na vida política nacional neste dilatado período da ditadura, demonstra que o nascimento, o crescimento e a vitalidade dos partidos, dos métodos de luta, das táticas, não obedecem a esquemas fixos nem se podem medir ou definir separadamente da história, do momento e do meio em que actuam e se desenvolvem. Uns nascem, outros caducam. As táticas de ontem não servem para hoje; e as de hoje podem ou não servir para amanhã. Do nada, surgem partidos vigorosos: — e outros, com anos de existência, desaparecem ou entram em decadência.

Desde os alvôres do fascismo, a força política que mais se tem fortalecido e destacado no combate à ditadura, a maior e melhor organizada, mal existia ainda em 1926. Não dispunha, então, nem de quadros nem de mais de um par de milhares de filiados, talvez nem tantos. Por outra parte, organizações potentes como a C.G.T. e fortes partidos republicanos que gozaram da legalidade e do Poder, com recursos económicos e figuras iustres, não puderam resistir ao advento do fascismo e aos seus embates. O seu papel como organismos de combate, foi nulo ou quase nulo politicamente, com algumas honrosas excepções individuais que já são património da história nacional. Mas isto é outro tema, sedutor, por certo, mas outro tema. Seguiremos, pois, o curso normal do nosso raciocínio, embora julgue necessário outro breve parentese: uma resenha sumariada da situação interna do país e da situação internacional que lhe serve de marco.

Será para um próximo artigo.



"Iberia, Anistia, Revolução" é o título de um livro de poemas de Jonas Negalha, que acaba de ser lançado em São Paulo pela Editora Felman-Rêgo. Conforme se infere, trata-se de uma obra cujos temas falam muito especialmente à sensibilidade dos democratas portugueses. A maneira como Jonas Negalha, na sua poesia, aborda as lutas do povo português, exaltando episódios heróicos como a morte de Catarina Eufémia, chamou para o livro a atenção de numerosos democratas. Esse não é certamente dos menores méritos da sua "Iberia, Anistia, Revolução".

Transcrevemos a seguir o poema "Fuzilados":

Corações fortes, corações puros, fontes abertas vertendo amor, são metralhados de encontro aos muros pelos sicários do usurpador.

Corações puros, corações fortes, marcham cantando para a trincheira, semeiam vidas com suas mortes, erguem mais alto a nossa bandeira.

Corações grandes, corações quentes, quem os tem no peito morre feliz. Recundam o solo, rubras sementes, sob a descarga de mil fuzis.

Corações quentes, corações grandes, morte gelada não os contagia. O liberdade, tu os expandes sobre esta noite silente e fria!



O escritor Giancarlo Vigorelli usando da palavra no ato de inauguração da exposição de pintores italianos realizada em Roma como manifestação da solidariedade à F.P.L.N., a que nos referimos no nosso último número.

Sobre Unidade e Organização

VICTOR DA CUNHA REGO

Muito embora Portugal não esteja servindo de palco a acontecimentos capazes de galvanizar os ânimos menos sensíveis, nota-se em todos os núcleos do exílio uma fermentação e um desejo de contribuir para a causa comum anti-salazarista, que se nos afiguram excelentes elementos de um processo de real dinamização, exatamente porque são verificados a frio. É claro que a unidade para a qual parecemos caminhar seria mais solidamente cimentada se fruto de uma acção insurreccional, mas, mesmo nas atuais circunstâncias, buscando a unidade através do diálogo da discussão exaustiva, e às vezes desesperante, parece que caminhamos para a desejada coloração exata de todos os elementos que compõem a nossa bandeira antifascista. O avivamento das cores só poderá torná-la mais visível, mais gritante, mais capaz de entusiasmar e mobilizar. A vida nasce da morte e o processo dialéctico mostra-nos que a melhor terapêutica é aquela que não hesita em lançar a carne onde o sangue se apresenta mais escuro para provocar a vigorante hemorragia e o aparecimento dos consequentes tecidos mais fortes.

Nós, portugueses, temos hoje a FPLN e estamos, pelo menos aparentemente, dispostos a não deixá-la ser mais uma camisa que vestimos em substituição de outra usada. Cumpre-nos para alcançarmos esse objetivo, alistarmo-nos sob a sua bandeira, dizendo francamente quem somos e em que planos poderemos atuar com mais utilidade de contra o fascismo. Incorrer no erro da "Irmandade", no erro de quereremos fazer o sapateiro tocar rabeção, no erro de contarmos mais com os outros do que conosco próprios.

Militares Mortos em Africa

A guerra colonial continua a fazer numerosas vítimas entre a juventude portuguesa. Embora o governo fascista não divulgue a verdade sobre as perdas sofridas em combate, não lhe é possível ocultar que em Angola e na Guiné morrem portugueses na guerra anti-patriótica movida aos povos das colónias. Damos a seguir os nomes de mais algumas vítimas constantes das listas tornadas públicas pelo chamado Serviço de Informação das Forças Armadas: soldado Francisco Rabadão, morto em Angola; Lo cabo José da Graça Marques, morto na Guiné; 2.º sargento José Pinto de Fontes Guedes, morto em Angola; Lo cabo Guilherme da Silva Santos, morto em Angola; capitão Antonio Lopo Machado do Carmo, morto na Guiné; Lo cabo paraquedista José Maria Ribeiro Ferreira, morto em Angola; soldado Jacinto Martins Azera, morto em Angola; soldado Amândio da Silva Montez, morto em Angola; soldado Vitorino Cheirinho Pereira, morto na Guiné; soldado Manuel Augusto Alves Lopes e Augusto Ferreira da Cunha, mortos em Angola; Fúnel Henriques Franques e 1.º cabo José Rodrigues Fernandes mortos na Guiné; o soldado-paraquedista Eduardo Ferreira da Silva, morto em Angola.

Condecorações e Declarações

O ministro da Defesa Nacional de Portugal, gen. Gomes de Araújo, entregou recentemente ao almirante norte-americano Dennison que brevemente abandonará as funções de supremo comandante das forças navais da OTAN, a Grã-Cruz da Ordem de Aviz. No ato, o ministro português declarou que o governo de Salazar, ao defender os seus territórios coloniais, defende igualmente "excelentes bases no Atlântico para defesa da Europa", que compensam largamente a "diminuição momentânea" da contribuição financeira de Portugal para a OTAN. A visita a Lisboa do almirante Dennison enquadra-se no curso de outras numerosas visitas à Capital portuguesa recentemente efetuadas por altas patentes dos países ocidentais. Assim, depois da visita do general gaulista Louis Jean Alain Le Puloch, que foi objeto de uma faustosa recepção no Hotel Ritz (um dos mais luxuosos da Europa), o almirante norte-americano David L. Mc Donald e o general Lauris Norstad, que há pouco abandonou o comando geral da OTAN, precederam o almirante Dennison em Lisboa. Este último, de certo modo inspirando as palavras que o ministro português pouco depois havia de dizer ao almirante Dennison, declarou em Lisboa que "Portugal deu a melhor valorização à ideia que levou à criação da OTAN, à defesa dos princípios da dignidade nacional e da civilização ocidental".

Salazar Acuado em França

Pela primeira vez nos últimos anos o governo de Salazar, pela boca do chanceler Franco Nogueira, se referiu à "atuação em França de grupos políticos (portugueses) hostis a Portugal". Este fato demonstra não só o êxito do trabalho de denúncia dos crimes do fascismo salazarista levado ininterruptamente a efeito pelos democratas portugueses exilados em França, como o golpe sofrido pelo atual regime português com a recente Conferência para a Anistia dos Presos Políticos Portugueses, realizada recentemente na Capital francesa.

Portugal, Quintal da América

O incidente criado, em torno das bases militares dos E.U.A. instaladas nos Açores, pelas iniciais reclamações políticas do governo de Salazar contra algumas posições anti-colonialistas de Washington, ficou solucionado com a permissão dada recentemente pelo governo português para a permanência das bases, sem nenhuma contrapartida a título de renda ou de ajuda financeira direta. Estas declarações foram prestadas pelo almirante Lucius Clay, em nome da comissão especial que chefa e que estudou o problema. No entanto, Lincoln White confirmou dias depois as declarações do embaixador português em Washington segundo o qual o governo português não resolveria ainda definitivamente se a renovação da cessão das bases não dependeria de nenhuma condição financeira. Os observadores opinam que certamente a contrapartida financeira dos E.U.A. se concretizará através dos quadros da OTAN.

Paraizo de Milionários

O navio "Empress of Canadá", descarregou recentemente em Lisboa 350 milionários norte-americanos. Parece que aquilo que mais agradou aos lanques foi uma tourada à espanhola...

Notas e comentários

1.º de maio

Ao circular a presente edição, terá transcorrido a jornada do 1.º de Maio. Dia de júbilo e confraternização para os trabalhadores de numerosos países. O 1.º de Maio, para os operários portugueses, é um dia de luta em que arriscam o emprego, a liberdade e até a própria vida.

Foi assim no 1.º de Maio de 1962, quando a classe operária de Lisboa, Porto e outras localidades, desencadeou as mais importantes manifestações de rua, que se realizaram ultimamente no país contra o fascismo. Alguns mortos e dezenas de feridos constituíram o balanço dessa jornada heróica. Uma vez mais se confirmou que a classe operária tem um papel de vanguarda a desempenhar na luta para o derrubamento da ditadura.

No momento em que escrevemos estas linhas, os trabalhadores portugueses organizam-se para enfrentar de novo o inimigo. O desencadear de recentes lutas parciais como a greve dos pescadores de Ilhavo, a luta por melhores salários dos operários vidreiros da Marinha Grande, dos chapeleiros de S. João da Madeira, dos operários da Fábrica da Loiça de Sacavém, da EFA-ACEC (Porto) e dos operários agrícolas que, por todo o Alentejo, têm reclamado "trabalho ou pão", são exemplos da unidade e crescente combatividade da classe operária portuguesa, prelúdio de grande jornada contra a exploração contra a guerra, contra a ditadura salazarista.

A nós, emigrados, compete estar vigilantes e apoiar os valentes trabalhadores, mobilizando a opinião pública mundial contra o terror fascista. Só assim sabermos honrar devidamente aqueles que, nas fábricas, nos campos, nas escolas, nos escritórios, nas ruas de Portugal, se batem corajosamente e, com suas lutas, preparam a insurreiçáo popular que derrubará o fascismo.

O conselho de segurança contra Salazar

O fascismo português acaba de sofrer, no plano internacional, uma nova e importante derrota que vem acentuar o seu isolamento. Essa derrota é tanto mais significativa quanto poucos observadores esperavam qualquer resultado positivo dos debates travados no Conselho de Segurança das Nações Unidas a propósito da queixa apresentada pelo Senegal por motivo do bombardeamento da aldeia de Bouniak no dia 8 de Abril. O rumo tomado pela discussão, nas primeiras sessões, não levava a crer que as coisas evoluíssem de modo a tornar possível a aprovação por unanimidade de um projeto de resolução energico que desse satisfação a Dakar. Tão conflitantes se sentiam, aliás, as autoridades fascistas de Lisboa que a imprensa salazarista vinha dando grande relevo ao caso, procurando ridicularizar a posição senegalesa. A firme atitude de Marrocos e Ghana, apoiando a queixa, veio, contudo, imprimir um aspecto novo aos debates, conferindo ao incidente uma importância que as grandes potências Ocidentais não pareciam dispostas a atribuir-lhe. Pelas próprias dificuldades técnicas que se opunham ao trabalho eficiente de um inquérito realizado "in-loco" por uma comissão de peritos, o bombardeamento de Bouniak passou para segundo plano. Em troca foi o colonialismo português no seu conjunto que ficou em cheque. O projeto de resolução apresentado por Ghana e Marrocos deplora quaisquer incursões de forças militares portuguesas em território senegalês. Habilmente foram evitadas as referências expressas. O simples fato de o Conselho recomen-

dar a Portugal que adopte as medidas necessárias para evitar a violação da soberania e da integridade territorial senegalesa representa em si o reconhecimento das provocações a que se entrega o fascismo salazarista nas fronteiras da Guiné dita portuguesa. Mas há mais. O órgão das Nações Unidas pede ao secretário-geral U Thant que acompanhe atentamente os acontecimentos, mantendo-se vigilante. A guerra colonial a que Salazar se entrega na Guiné é assim indiretamente, colocada em foco.

Embora o projeto de resolução esteja redigido em termos moderados, em Lisboa deve ter causado verdadeiro pânico a unanimidade da votação. Precisamente porque o documento era inatacável, tanto os Estados Unidos como a Inglaterra e a França não puderam, apesar seu, deixar de o aprovar. Todas as "justificações" de voto dos representantes britânicos e norte-americanos não invalidam o significado da autentica condenação de Portugal que se verificou na sessão do Conselho de Segurança realizada a 24 de Abril. A subita partida para Bissau do chefe do Estado Maior do Exército Português, general Camara Pina e de um grupo de altas patentes é a primeira consequência da derrota sofrida pelo fascismo português.

Desconfianças que devem terminar

A semelhança do que tem acontecido com os numerosos desertores portugueses das forças expeditionárias estacionadas em Angola, que têm sido encarcerados pelas autoridades do Congo até apurarem se não se trata de espíes salazaristas, dois aviadores das forças portuguesas estacionadas em Moçambique, o alferes Jacinto Soares Veloso, e o seu ajudante João dos Santos, Ferreira, que desertaram e pediram asilo político ao governo do Tanganyka, foram internados pelas autoridades deste país sob rigoroso regime, sujeitos ao qual ainda se encontram. Por tal forma as autoridades do Tanganyka se convenceram de que se tratava de dois espíes, e não, como na realidade sucede, de dois democratas anti-colonialistas, um dos quais sofreu já, em 1961, uma prisão nos cárceres de Lourenço Marques por "delito político", que apresentaram um protesto oficial ao governo de Portugal! Por seu lado, o governo de Salazar resolveu explorar o campo, declarando falsamente que o poiso em território tanganyqués do avião tripulado pelos dois democratas fora devido ao mau tempo! É preciso que estes equívocos não tenham repetição e para isso a Comissão Delegada, no estrangeiro, da Junta Patriótica Central da Oposição Portuguesa, logo que comece funcionando pode levar a cabo um trabalho muito importante de aproximação com as forças nacionalistas das colónias portuguesas, que ajudará a criar uma quasi-fraternidade de acções concretas.

A FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL - FPLN É A FRENTE DE COMBATE DE TODOS OS PATRIOTAS E DEMOCRATAS.

Mercado interno e balança alimentar

O nível de vida da população portuguesa tornou-se tão baixo que até os representantes do capital financeiro ligado à oligarquia salazarista se vêm forçados a reconhecer essa evidencia. A esse respeito parece-nos bastante elucidativo o relatório que a seguir, transcrevemos, extraído do numero de Dezembro do Boletim de Informação Económica e Financeira do Banco Pinto de Magalhães Ltda.

Já trouxemos por mais de uma vez às colunas do nosso Boletim, a pretexto do estudo da reduzida dimensão do mercado interno português, elementos informativos da estrutura económica nacional, dos quais deduzimos elementos de casualidade do fenómeno e aventamos hipóteses de solução que poderiam tornar-se, eventualmente, linhas de rumo duma política económica que vençesse o dilema da tacanhéz do binómio mercado-indústria.

São dois os óbices principais com que tem deparado os estudiosos da nossa economia e os empresários industriais preocupados com a reduzida dimensão do mercado con-

sumidor português: um setor agrícola subdesenvolvido, económica, social e tecnicamente, que ocupa a maioria da população ativa — 1,6 milhões (47%) — e o baixo poder de compra do trabalhador do setor industrial — 0,9 milhões (27%) cujos salários, estão longe de corresponder à satisfação das necessidades mínimas da população ativa do setor.

O Instituto Nacional de Estatística tem vindo a ocupar-se, embora parceladamente, desde 1948, do problema dos hábitos de consumo da população industrial e levou a efeito nas principais cidades inquéritos sobre a estrutura da despesa da sua população, chegando a resultados que evidenciam a forte percentagem da alimentação no aglomerado do consumo respectivo. A percentagem mínima é de 52,6% em Lisboa, fato que no estrangeiro os estudiosos do problema das implicações da lei de Engel consideram como linha de demarcação da miséria; nas restantes cidades, onde se realizaram inquéritos, as percentagens revelam que esta tendência se agrava e são superiores como se verifica no quadro número 1.

QUADRO N.º 1
Estrutura da despesa da classe operária em 5 cidades portuguesas:

Distribuída pela:	Lisboa	Porto	Coimbra	Évora	Viseu
	1948/49	1950/51	1953/54	1955/56	1955/56
	%	%	%	%	%
Alimentação	52,6	62,6	54,6	57,5	52,9
Vestuário e calçado ..	10,5	8,1	9,1	10,1	12,1
Habitação	11,1	9,2	9,7	10,7	11,6
Diversos	20,1	12,4	19,4	11,9	14,6
Combustíveis, electricidade e higiene	5,7	7,7	7,3	9,8	8,8

QUADRO N.º 2
BALANÇO ALIMENTAR DA POPULAÇÃO PORTUGUESA EM 1960

Descrição do consumo em calorias-dias, em proteínas-dias	Quilos	total per capita, em quilos-ano, e em gorduras-dia:		
		Calorias	Proteínas	Gorduras
Froductos alimentares	Quilos	Calorias	Proteínas	Gorduras
Cereais	124,785	1.209	30,2	6,8
Raízes e tuberculos ..	105,671	232	5,8	0,3
Açúcares	18,462	201	—	—
Legumes secos	6,553	56	3,6	0,5
Productos hortícolas ..	104,034	51	5,1	0,9
Frutas frescas, secas e secadas	75,114	112	1,4	1,9
Azeitonas	2,000	6	0	0,5
Carnes	18,764	125	7,1	10,4
Ovos	3,522	14	1,3	0,6
Peixe	30,194	73	14,7	1,6
Leite e queijo	28,549	63	3,9	3,7
Óleos e gorduras	15,445	369	0,2	41,1
TOTAL	—	2.511	-73,3+	68,3
Vinho (litros)	85,561	152	a=27,2 V=46,1	—
Cerveja (litros)	4,512	3	—	—

O cálculo destas percentagens, que já por si é bastante significativo do baixo nível da população industrial portuguesa, mais gritante se tornaria se fossem ponderadas as dez classes de vencimentos, em função da frequência da população operária de cada uma delas. Para que o leitor possa fazer uma ideia de como a média simples está longe de traduzir a situação real, considere o caso da população de Lisboa, cujo inquérito de 1948-49 foi feito, distribuindo-a em classes de vencimentos segundo uma escala, que se apresentava do seguinte modo:

- 1.o) menos de 600\$00
- 2.o) 600\$00 a 1.000\$00
- 3.o) 1.000\$00 a 1.400\$00
- 4.o) 1.400\$00 a 1.800\$00
- 5.o) 1.800\$00 a 2.200\$00
- 6.o) 2.200\$00 a 2.600\$00
- 7.o) 2.600\$00 a 3.000\$00
- 8.o) 3.000\$00 a 4.000\$00
- 9.o) 4.000\$00 a 5.000\$00
- 10.o) 5.000\$00 a mais.

A grande massa da população industrial de Lisboa ainda hoje, passados mais de 10 anos sobre a data da realização do inquérito, concentra-se na sua maioria nas quatro primeiras classes de vencimentos, isto é, nas classes de menos de 600\$00 a 1.800\$00. Logo, é obvio que para efeito de cálculo da média aritmética, se considerarmos em identidade de valor a população operária que ganha menos de 600\$00 com a população operária que ganha mais de 5.000\$00, sabendo-se que é reduzidíssimo o número de operários desta última categoria e pesa pelo contrário fortemente no total o número dos que ainda ganham menos de 600\$00, farse-á uma ideia de como as per-

centagens seriam bem mais ilustrativas, se em vez da média aritmética se tivesse usado a média ponderada, mediante coeficientes atribuídos a cada uma das classes.

Quando estes estudos forem no nosso País aprofundados com o rigor técnico possível para que a realidade social do quadro não resulte com uma expressão que, embora dela se aproxime, está longe de traduzir toda a verdade, poder-se-á avaliar então mais exatamente a extensão do caminho que nos falta ainda percorrer para atingir os mínimos de suficiência compatíveis com a média dos demais países europeus.

O Boletim Mensal de Estatística de Setembro de 1962 veio trazer-nos mais uma acheça para o estudo do problema do consumo, mas no caso vertente circunscrito aos produtores alimentares, trata-se da Balança Alimentar do Continente Português, cuja elaboração técnica consiste na determinação anual das disponibilidades para abastecimento, dado este que se obtém subtraindo à produção dos produtos alimentares considerados a exportação e as variações de existências e adicionando-lhe a importação. Mas como o que nos interessa é o consumo humano, temos ainda que subtrair aos números representativos das disponibilidades para abastecimento: a alimentação animal, as sementes, a aplicação industrial e as perdas, dos vários produtos.

Este dado essencial que vai entrar com regularidade no "Anuário Estatístico", desde 1950 que vinha sendo estudado pelo Instituto Nacional de Estatística e era fornecido com regularidade à F.A.O. e à O.C.D.E., não tem sido até ao

presente publicado em Portugal. O Anuário Estatístico de 1961 incluirá já a Balança Alimentar retificada de 1960.

No quadro número 2 resumimos a Balança Alimentar aos totais das rubricas e às colunas das capitações respectivas. O leitor interessado poderá colher os elementos parcelares das sub-rubricas correspondentes aos vários produtos, no Boletim Mensal de Estatística de Setembro de 1962 — página 3.

Quando aos níveis de consumo das populações rurais radicadas nas grandes manchas negras do território nacional, cobrindo a quase totalidade do "hinterland" português confinante com a fronteira espanhola, e no Sul e no centro em grandes extensões que se aproximam mesmo da faixa costeira, os níveis de consumo alimentar e os demais do vestuário e da habitação são de tal parcimónia por carência de meios, que o atraso respectivamente às capitações normais da Europa se conta por séculos.

Os dados globais da Balança Alimentar não discriminando as regiões habitam-nos com uma informação de valor relativo. Embora sem dúvida preciosa do ponto de vista da potencialidade do mercado interno, são todavia bastante precários do ponto de vista social, uma vez que consideram todo o país como um universo estatístico, onde se distribuem as capitações por unidades de consumo abstrato.

Do angulo da análise objetiva têm ainda hoje atualidade os trabalhos levados a efeito pelo grupo de economistas rurais que prosseguiram a obra iniciada pelo prof. Lima Bastos com o volumoso Inquérito Agrícola (1) e o Inquérito à Habitação Rural (2), que infelizmente se não realizou em todo o território nacional, orientado pelo prof. Henrique de Barros, de que se encontram publicados os volumes relativos às provincias de Entre Douro e Minho. Os dados primários deste último inquérito fornecem uma informação valiosa sobre os consumos das populações rurais do Norte do País; no estudo que sobre eles fez F. Ramos da Costa (3), tratando estatisticamente os dados primários, pode observar-se que a percentagem de participação da despesa da alimentação na receita total da unidade de consumo anda em média pelos 80%, e que a composição, apesar de absorver a quase totalidade dos recursos, é paupérrima se a apreciarmos à luz dos padrões nutritivos hoje correntes na Europa: quase totalmente preenchida com amiláceos e algumas proteínas de origem vegetal, é muito carecida de elementos ricos, como proteínas animais, gorduras, frutos, leite, ovos, etc. Mesmo os dados globais da Balança Alimentar agora publicados revelam capitações destes elementos que ficam muito aquém do mínimo necessário para um nível de subsistência frugal, mas compensador do desgaste de energias e do desenvolvimento fisiológico normal.

Independentemente do significado social e humano que sublinhamos, não tem menos oportunidade o aspecto do problema precisamente numa fase do nosso desenvolvimento que implica uma política de industrialização aceleradamente expansiva. Se quisermos ganhar o tempo perdido e queimar algumas das etapas para apressar o nosso acesso ao nível médio do continente em que vivemos, temos de conceber o desenvolvimento como um todo, sem desfasamentos duns setores em relação a outros; e, sobretudo, acompanhar harmoniosamente o aumento da capacidade produtiva do país com uma distribuição equitativa dos rendimentos do capital e do trabalho, de que resulte o incremento da capacidade do poder de compra das mais amplas camadas da população portuguesa; fundamento indispensável dum mercado interno suficientemente estável para as industrias tradicionais e as recentemente instaladas, e ainda para o escoamento da produção agrícola melhorada, com insistência sobre produtos mais ricos e de maior rentabilidade económica.

(1) — (2): Edição do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa; (3): Edição "Seara Nova".

Aspectos do movimento estudantil Colonialismo e anti-colonialismo

A crise que abalou os três centros universitários portugueses, no ano passado, foi já considerada, nos seus vários aspectos, como a mais importante e mais grave destes últimos quinze anos da ditadura "salazarista". E os múltiplos aspectos dessa crise, muitos deles, consequência da própria situação sócio-política, merecem, a nosso ver, uma compreensão bastante cuidada pelos reflexos que têm no desenrolar da luta pela democratização das instituições portuguesas e a libertação económica, social e política do país.

Não podemos, é claro, analisar profundamente esses aspectos nesta pequena nota. Limitar-nos-emos a referir com base na atuação da classe estudantil alguns deles.

Própriamente dita, a crise da Universidade portuguesa não é de hoje. De há muito, que estudantes e alguns professores vêm lutando por uma reforma estrutural do ensino, pela sua democratização, pela autonomia universitária e pela definição em termos corretos e justos do papel a desempenhar, enquanto membros da Universidade, dos corpos discentes e docente.

Têm sido os estudantes, através dos seus órgãos representativos, aqueles que mais têm batalhado para que os problemas universitários se solucionem de uma vez por todas. E o fato é que nunca esmoreceram, nem deixaram de, pelos meios mais corretos exigir que isso aconteça, conscientes ou não da sua possibilidade dentro da atual estrutura da Nação portuguesa.

Essa luta, que se desenrola, portanto, com base nas Associações estudantis existentes, dentro de um espírito classista ou melhor, sindicalista, tem mobilizado e conscientizado a massa estudantil num plano nacional, de tal forma que levou o governo, há pouco mais de seis anos, a sair com o decreto-lei 40.900 pretendendo, teoricamente, regulamentar a vida associativa dos estudantes. Na realidade o 40.900 não era mais do que o mais elementar atentado à liberdade associativa e aos direitos estudantis, impondo às Associações de Estudantes um regime incontrolável em face dos princípios que sempre as nortearam. Recentemente as próprias A.A.E.E. escreviam à cerca dele: "...o decreto 40.900 punha em dúvida a competência e a idoneidade dos estudantes no estudo dos seus problemas e na realização das suas atividades: limitavam as iniciativas das A.A.E.E. e sujeitava estas a uma apertadíssima fiscalização e violência: negava a representatividade das Associações de estudantes; suprimia, praticamente, as suas Assembleias Gerais; restringia os contactos inter-associações e proibia os contactos internacionais diretos. Não vinha, também, contribuir para um bom entendimento entre professores e alunos pois que transformando aqueles em fiscais das Associações só podia contribuir para provocar atritos e desconfiâncias. O próprio princípio da autonomia da Universidade, sempre defendido por professores e alunos estava por ele comprometido..."

A reação estudantil, no entanto, tão clara e unida, levou à não aprovação de tal diploma pelo próprio órgão legislativo do governo e, ao mesmo tempo, à intensificação do movimento associativo na defesa intransigente dos seus princípios mais elementares — o direito de livre associação dos estudantes e a liberdade de se regerem e representarem por si próprios.

A evolução do movimento estudantil, dessa data até hoje, apesar do aperfeiçoamento das suas organizações de coordenação regional e nacional, tão combatidas pela estrutura salazarista, tem sido caracterizada por uma atuação estritamente legal e de caráter reivindicativo. É importante ressaltar, então, que a posição governamental não é nem tem sido de mera opositora às aspirações estudantis, mas, pelo contrário, caminha num clima de provocações, arbitrariedades e violências. O caso da proibição da realização do "Dia do Estudante", no ano passado, é sintomático do que acabamos de dizer. De tal forma que, pela primeira vez na história do movimento estudantil, foi mantida uma greve nacional com acontecimentos que comprovam a maturidade e a força da classe estudantil portuguesa, frente a todo o tipo de violências

da parte das forças repressivas do governo. É do conhecimento de todos a prisão em massa, nessa altura, de mais de mil estudantes, as torturas e incomunicabilidades sofridas pelos dirigentes mais destacados e as "cargas" policiais sobre as concentrações e reuniões estudantis.

O governo tem a preocupação dominante de tentar extremar as posições com o fim de liquidar a estrutura organizativa do movimento estudantil. As substituições, tanto no Ministério da Educação Nacional como nas Reitorias das Universidades, com a aparência de uma melhor compreensão dos anseios da massa estudantil e de novas possibilidades de conversação, nada significam nem significarão. Prova-o a saída de novo diploma — o dec. lei 44.632 — que vem revogar o 40.900, e que pode mostrar uma intenção em resolver a situação mas que é de fato a nova forma legal de destruir as A.A.E.E. e com elas todo o movimento associativo dos estudantes portugueses.

O Secretariado Nacional dos Estudantes Portugueses (SNEP), organismo máximo de coordenação, à escala nacional, do movimento estudantil, definiu já a oposição total e definitiva dos estudantes universitários de todo o país aquele decreto e a sua disposição de lutar pela sua revogação, sem deixar, portanto, de defender os seus princípios, aspirações e interesses, tanto em relação a esta como a qualquer outra provocação governamental

JOAO TITO DE MORAIS

Com isto as dificuldades na coesão do movimento estudantil, tendo em conta o meio social da maioria dos universitários portugueses, parecem-nos terem sido, em grande parte, suplantadas e que uma consciência de classe e de luta se está generalizando. O papel da juventude na libertação do povo do regime que o tiraniza é talvez fundamental. E nós acreditamos plenamente em que, se a juventude estudantil, a juventude portuguesa em geral, o têm sabido cumprir até agora, sabê-lo-ão para o futuro.

Um salazarista confirma...

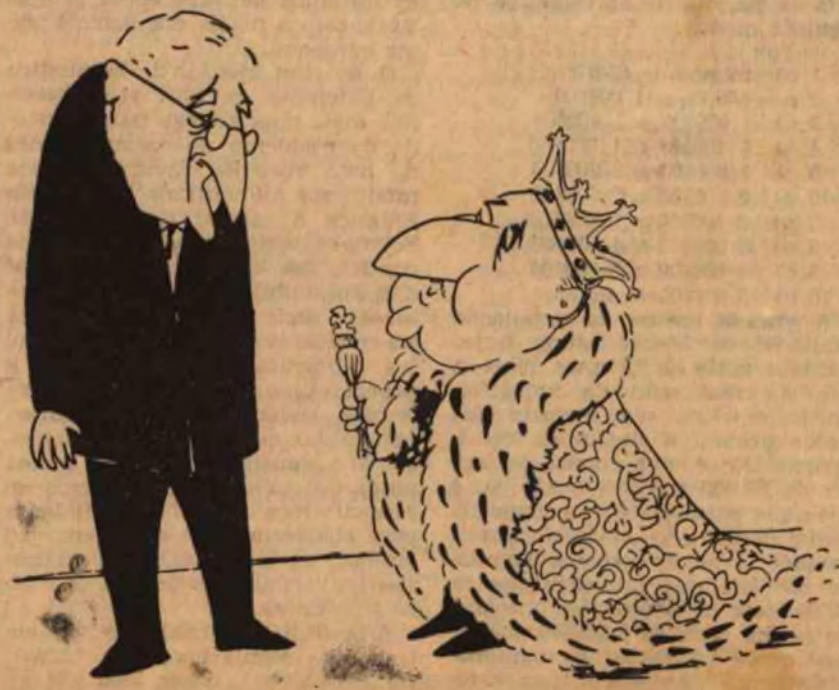
"Portugal mantém atualmente o maior Exército do Continente Africano. Além das 30 bases de aviação a já inauguradas recentemente em Angola, ali estão destacados cerca de 90 mil homens das Forças Armadas. Os militares servem por dois anos." (Transcrito do "Diário de São Paulo", 16 de abril, de um artigo do jornalista Nelson Gato que se confessa admirador de Salazar).

O epílogo de Goa...

As sanções aplicadas aos membros das Forças Armadas que, em Goa, se recusaram a dar execução às criminosas ordens de Salazar, causaram no seio do Exército e da Marinha um profundo mal estar. Notícias recebidas de Portugal revelam que em todos os quartéis e unidades navais, tanto no Continente como nas Colónias, o comunicado do Conselho de Ministros com a lista das punições continua a ser tema obrigatório de discussão e alvo das mais acerbas críticas. Os próprios comandos, ligados ao regime, evitam uma definição a respeito do problema, não ousando justificar os castigos, com receio de agravar a desunião cada vez maior que lavra nas fileiras.

Publicamos, abaixo, a lista completa das sanções:
DEMITIDOS — Exército — General Manuel António Vassalo e Silva; Brigadeiro António José Martins Leitão; Tenente-coronel do CEM Mário Marques de Andrade; Major de Cavalaria Acácio Nunes

DEMOCRATAS EMIGRADOS ESCEVEI AOS VOSSOS PARENTES E AMIGOS EM PORTUGAL ESTIMULANDO-OS A ENGROSSAR AS FILEIRAS DA FPLN.



Ainda tu, assim disfarçado poderás asilar-te em local de confiança. Mas eu, para onde irei?

da Cruz Tenreiro; Major de Cavalaria José Moreira da Silva Rangel de Almeida; Major do CEM Fernando Alberto da Cunha Baptista de Lucena de Almeida Vasconcelos; Capitão de Cavalaria Joaquim Pinto Brás; Capitão de Artilharia Carlos Alberto de Carvalho Felgueiras e Sousa.

Armada — 2.º tenente Manuel José Marques da Silva; 1.º sargento Carlos São Marcos da Piedade. **Reformados compulsivamente** — Exército — Major de Artilharia Manuel Marques Peralta; Major do QSM João Luís Pimentel de Oliveira; Major de Cavalaria Francisco José de Moraes; Capitão de Cavalaria Ruben Marques de Andrade.

Armada — Comodoro Raul Viagas Ventura.

Inatividade (seis meses) — Exército — Capitão de Infantaria António da Graça Borda d'Água; capitão de Infantaria Orlando Couto Leite; capitão de Cavalaria Marcelo Victor Lopes César Monteiro; capitão Médico Angelo Augusto Soares Fernandes Gonçalves Guimarães; Capitão de Infantaria António Xavier Lopes Pereira de Meneses; Tenente Miliciano do SAM João Alberto Rodrigues Dias; Tenente do QSM Octávio Diúlio Leal Gomes Leite; Alferes Miliciano de Cavalaria Diogo Pessanha Sobral.

Armada — Capitão-Tenente Engenheiro Maquinista Naval João Valentim Soares Felner.

PERIGO DE GUERRA EM MOÇAMBIQUE

No caso de ocorrer em Moçambique uma revolta nacionalista semelhante à de Angola, os observadores independentes da União Sul-Africana admitem como provável o envio de tropas deste país em socorro das forças militares portuguesas, não obstante o risco de imediata internacionalização do conflito. Se este alcançar rapidamente grandes dimensões, os mesmos observadores admitem também como provável uma união pela força entre a República Sul Africana e a metade sul de Moçambique.

MOÇAMBIQUE SERÁ LIVRE

O Dr. Eduardo Mondlane, líder de FRELIMO (a organização nacionalista de Moçambique), declarou recentemente em Dares-Salam que "Moçambique será livre dentro de 12 meses".

SOLIDARIEDADE A TSHOMBISTAS

As tropas das N.U. estacionadas no Congo apreenderam em Dilolo, posto fronteiriço com Angola, um carregamento de 10 vagões de equipamento militar destinado pelas autoridades coloniais portuguesas aos mercenários do "presidente" Tshombe que permanecem em Katanga.

GUERRA NA GUINÉ

Os guerrilheiros nacionalistas da Guiné dita portuguesa aprisionaram duas bateiras a motor no porto de Jabada, sobre a margem esquerda do rio Geba. Na região de Tite, perto da aldeia de Gantano, puseram fora de combate, na mesma altura, 150 elementos das forças coloniais salazaristas.

Pouco depois, outros dois barcos foram aprisionados pelos nacionalistas: o "Mirandela", de 90 tons., e o "Arouca", de 50 tons., pertencentes respectivamente à C.U.F. e à Sociedade Comercial do Ultramar. As equipagens africanas participaram da operação, ao lado dos nacionalistas.

Um sargento e um soldado portugueses foram recentemente mortos em operações militares na localidade de Cafinos e três soldados pereceram, na mesma ocasião e em circunstâncias idênticas, na aldeia de Cabante.

"POLITICA CULTURAL" NAS COLONIAS PORTUGUESAS

O "deputado pela Guiné" Pinto Bull informou numa recente sessão da Assembleia "Nacional", qual o numero dos naturais da Guiné dita portuguesa formados com um curso superior e médio: com o curso de engenharia, 1; com o de medicina, 4; com o de direito, 4; com o de agronomia, 2; com o de ciencias sociais e de politica ultramarina, 2; com os dos Institutos Industriais, 5; com o das Escolas de Regentes Agricolas, 3; e com o das Escolas do Magistério Primário, 3; total, 24.

PORTUGAL MAIS UMA VEZ CONDENADO

O Comité para o Colonialismo das N.U., composto por 24 países, condenou, no passado dia 4 do corrente, mais uma vez, a politica colonialista do governo português, solicitando do Conselho de Segurança a urgente adoção de sanções diplomaticas e economicas que forcem o governo de Salazar a ceder perante o desejo de independencia das populações coloniais. Esta resolução do Comité foi adotada por 19 votos com 5 abstenções e nenhum voto contra. As abstenções foram da Austrália, Grã-Bretanha, Dinamarca, Itália e Estados Unidos. Portugal, que não é membro do Comité, se recusou a receber em Lisboa delegados do Comité ou a debater com ele o problema da auto-determinação das colonias.

O governo congolês (Leopoldville) recusou a entrada no seu território à delegação portuguesa que deveria participar na 5ª sessão da Comissão Económica para a Africa, das N.U., que decorreu recentemente na Capital da Republica do Congo.

CONVERSA DE SURDOS

Ao mesmo tempo que o problema das colonias portuguesas parece encaminhar-se nas N.U. para uma nova fase, mediante a iminência da aplicação de sanções diplomaticas e economicas contra o governo de Salazar, este entregou-se no número do corrente mês da revista "International Affairs", ao auto-elogio do sistema colonial português, criticando acerbamente os novos Estados africanos, que considera não só insuficientemente libertados como imaturos para o uso da liberdade.

LIDER TRABALHISTA CONTRA SALAZAR

O novo chefe do Labour Party britânico, sr. Harold Wilson, que os observadores internacionais apontam desde já como o próximo PREMIER britânico, opôs-se terminantemente, em recentes declarações, à continuação da politica temporizadora da Grã Bretanha perante a politica racista sul-africana e o colonialismo português. Quanto a este último, declarou o líder inglês: "sem qualquer dúvida, aplicaremos a mesma politica (a preconizada para com a União Sul-Africana) com respeito às armas solicitadas pelo governo português para os territórios africanos sob seu controle".

ANTI-COLONIALISMO

O representante do Brasil no Conselho de Segurança das N.U., Geraldo Carvalho Silos, declarou, no seu discurso de posse (17-4-63), que "as revoluções gemas do nosso tempo", isto é, a descolonização e o desenvolvimento economico, desempenham um papel muito importante na manutenção da Paz e da segurança internacionais, e que "o governo do Brasil deve necessariamente preocupar-se de maneira vital sobre a ação das N.U. em ambos os campos".

E acrescentou: "É sabido que o colonialismo, em algumas regiões, impede o desenvolvimento economico de vastas áreas, mesmo quando nelas existam países soberanos".

A REPRESSAO EM MOÇAMBIQUE

Segundo um comunicado da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), as actividades repressivas em Moçambique intensificaram-se consideravelmente nas últimas semanas. Na região de Sena a Polícia matou um africano e prendeu 17. Em Villa Fontes e D. Ana foram também realizadas numerosas prisões, calculando-se que só nessa zona o total de detenções desde o dia 1 de março ascende a 200. Não obstante o terror policial desencadeado pela PIDE, continuam a registrar-se actos de sabotagem no caminho de ferro e nas plantações de cana de açúcar em todo o distrito de Sena.

No Niassa, sete africanos foram detidos no dia 17 de março. Um deles, um rapaz de 14 anos, faleceu após a sessão de tortura a que foi submetido.

A acção da PIDE estende-se também aos seminários e missões. Em Cabo Delgado, a policia realizou prisões de professores e alunos num daqueles estabelecimentos, instaurando um clima de pânico na região, sendo o total de pessoas detidas avaliado em 600. No intuito de recolher informações sobre as actividades dos nacionalistas moçambicanos, a PIDE, auxiliada por elementos do Exército, teria torturado alguns proeminentes chefes locais.

Em consequência da repressão, o exodo das populações para a Niasalândia e para o Tanganika assume proporções cada vez mais consideráveis.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

Equívocos Perigosos

MANUEL SERTÓRIO

1.º — Uns tantos adversários do ditador Salazar continuam a opor-se aos legítimos anseios de independência dos povos das colónias portuguesas, quer defendendo utópicas (e reacionárias) federações de Estados portugueses quer lançando mãos de outros subterfúgios, no belo estilo político do salazarismo, como o "reconhecimento" do direito de auto-determinação das atuais colónias portuguesas... acompanhado da recusa do livre exercício desse direito.

Estes portugueses, que no fundo se opõem apenas ao domínio pessoal e onipotente de Salazar e de sejam preservar as estruturas fundamentais da sociedade salazarista, nada mais fazem, no que respeita ao problema colonial, do que representar, com consciência disso ou sem ela, as posições de classe da burguesia conservadora, irmã uterina da burguesia reacionária que mantém Salazar no poder. Porém, cada vez em menor número e mais afastados do povo português, não são estas individualidades que criam, hoje, equívocos perigosos para a ação anti-colonialista e anti-fascista da Oposição portuguesa.

2.º — De fato, as mais amplas camadas do povo português, e não só das classes trabalhadoras, compreenderam cedo o caráter justo e o sentido histórico dos movimentos nacionalistas e mostram-se desde há bastante tempo perfeitamente conscientes da inelutabilidade da independência das colónias. Sucedeu, no entanto, e sucede ainda, que esta atitude não foi devidamente compreendida por todos os setores e individualidades subestimaram, e subestimam ainda parcialmente, o grau de politização e de radicalismo da classe trabalhadora no seu conjunto e de amplos setores da classe média portuguesa.

Assim, após o início dos conflitos armados eclodidos nas colónias muitos democratas portugueses propunham a distinção (ainda quando eles próprios, como é evidente, a não fizessem) entre a luta pelo fim das guerras coloniais, que, essa só, deveria ser prosseguida, e o aberto reconhecimento do direito à independência por parte dos povos coloniais, o qual — julgavam esses democratas — sómente poderia provocar graves crises no movimento oposicionista. Esta distinção, que teoricamente carecia por inteiro de sentido, pois a única forma justa de pôr fim a uma guerra colonial é a obtenção da independência por parte do povo colonizado, foi na prática, prejudicial, porque incutiu nos movimentos nacionalistas a idéia errada, de que apenas do lado português, um ou outro setor partidário e umas tantas personalidades compreendiam os seus anseios, não podendo, por virtude desse (falso) isolamento, prestar-lhes qualquer auxílio concreto para a libertação dos seus povos.

Esta atitude não se verifica já presentemente. Todavia, ela deu lugar a uma outra, igualmente errada porque se baseia nos mesmos pressupostos falsos de insuficiente maturidade e radicalização do povo português, cujo vigor revolucionário continua, assim, a ser subestimado. Trata-se, agora, perante a necessidade de formas práticas de cooperação entre os movimentos nacionalistas e o movimento da Oposição portuguesa, da convicção de que o reconhecimento por este do direito à independência das colónias deve guardar uma forma platónica e meramente passiva, pois aquela cooperação concreta seria perniciososa ao movimento de libertação português. Mas, mais uma vez, esta atitude é que se repercute perniciosamente não só na vanguarda atuante da Oposição portuguesa, que se vê frustrada no seu desejo de extrair dos conflitos coloniais as suas potencialidades dinamizadoras da luta pela derrubada do salazarismo, como também nos movimentos nacionalistas, para quem a cooperação com essa vanguarda se apresenta, pelas mesmas razões, necessariamente destituída de qualquer valor prático.

3.º — A orientação que parece justa é, ao contrário, a planificação de ações conjuntas em que os democratas portugueses e os nacionalistas africanos participem com seus respectivos instrumentais políticos, por forma a que tanto

uns como outros obtenham vitórias maiores nos seus campos específicos.

Ações comuns de natureza diplomática e política abririam a porta para ações de outros tipos, das quais as militares não ficariam necessariamente excluídas.

É para isto, no entanto, que é preciso desfazer equívocos perigosos, tanto de um lado como do outro.

4.º — Do lado português, muitos democratas confundem erradamente os objetivos da luta do povo português e os da luta dos povos coloniais. Este equívoco consiste em considerarem a luta dos povos das colónias portuguesas como uma luta anti-fascista, pelo simples fato do governo do país colonizador, que neste caso é o governo português, ser uma ditadura fascista. É evidente que este fato determina em grande parte as características táticas da luta dos nacionalistas. Mas não lhe modifica a natureza pois essa luta é como teria de ser em qualquer outro caso, uma luta anti-colonialista.

Outro equívoco perigoso, do lado português, é o de considerar-se como missão de um futuro governo democrático de Portugal a defesa de "interesses materiais e morais" de Portugal nas atuais colónias, depois da independência destas.

O que sucederá é que os atuais colonos portugueses que resolverem continuar a viver e a trabalhar nos territórios hoje coloniais, depois da sua emancipação nacional, verão, como é natural, a esfera dos seus direitos circunscrita ao novo ordenamento político e jurídico que então surgirá nos novos Estados. O governo português terá apenas, no decurso das negociações em que for acordada a transferência de poderes para as novas soberanias africanas, que defender a integridade pessoal dos residentes portugueses, e ela se mostrar em perigo. Depois, o problema dos antigos colonos será um problema de minoria nacional, igual a todos os outros. Portugal, como país destituído então de soberania sobre outros povos, não terá outros "interesses materiais e morais" e defender nas antigas colónias alem daqueles que, reciprocamente, sejam como tal considerados pelos novos governos africanos, através de tratados livremente negociados, como quaisquer outros tratados com quaisquer outros governos.

Não tenhamos, sequer, a ilusão altruísta (?) de que a herança que o salazarismo nos deixará de um país subdesenvolvido económica e culturalmente, nos permitirá disponibilidades financeiras e culturais que possam ser desviadas da tarefa ingente de verdadeira reconstrução, de baixo a cima, de uma nova nacionalidade, do Minho aos Açores.

5.º — No campo nacionalista, os equívocos que prejudicam a urgente cooperação com o movimento oposicionista português cifram-se, por um lado, no reverso dos equívocos portugueses, pois só pode haver cooperação frutuosa onde houver reciprocidade de vantagens e onde essa reciprocidade não existir ou parecer não existir não pode esperar-se qualquer cooperação.

Por outro lado, porém, existe, em certos movimentos nacionalistas e por parte de alguns dos seus dirigentes, o juízo de que a aberta negociação com os democratas portugueses pode provocar incompreensões nas massas africanas e atritos com os governos de alguns dos novos Estados da África. É evidente que só os dirigentes nacionalistas podem resolver este problema. Só eles têm, mesmo, que resolvê-lo. Mas parece que é na medida em que se não trate de uma simples camaradagem platónica, e portanto ociosa, mas sim de uma coparticipação positiva em ações concretas pré-julgadas de real a recíproca utilidade, que as vantagens dessa cooperação sobrepujarão claramente os receios da sua inoportunidade.

A luta anti-fascista do povo português e a luta anti-colonialista dos povos das colónias portuguesas mostram, na singeleza destas expressões, a inegável e clara diferença de natureza que entre elas existe. É precisamente à luz dessa diferença de natureza que urge estabelecer a planificação de ações táticas conjuntas, proveitosas reciprocamente para ambas as partes.



Alvaro Lins

Alvaro Lins envia-nos a Sétima Serie do seu "Jornal de Critica", ora editado no Rio de Janeiro pelas "Edições o Cruzeiro".

O obra vem a lume no quinquentenário do grande escritor — o ano em que a sua atividade criadora se tem revelado mais fecunda, conferindo uma dimensão ainda maior a figura do intelectual, do artista e do homem.

Não tem a apreciação de obras literárias cabimento nas colunas de "Portugal Democrático". Acontece, porém, que a grande maioria dos ensaios e trabalhos de Alvaro Lins, transcende pelo significado a temática puramente literária. Nas suas páginas são colocados e debatidos os problemas fundamentais do homem e abertas perspectivas fascinantes sobre o mundo em que vivemos. Sentimo-nos pois plenamente à vontade para recomendar a leitura do novo volume do "Jornal de Critica" aos nossos amigos e assinantes.

Sobre o autor, como amigo de Portugal, nada precisamos dizer, tão assinalados têm sido os serviços por ele prestados à causa da libertação do nosso povo. Não nos esquece, aliás, no seu "Jornal de Critica". Além de um capítulo sobre a "presença de alguns amigos portugueses", o presente tomo inclui o "Ensaio sobre Camões e a epopeia como romance histórico (conteúdo anagógico e arte poética em Os Lusíadas)".

Transcrevemos, a seguir, porque definem admiravelmente Alvaro Lins, algumas palavras da apresentação do livro, da autoria de Aurelio Buarque de Holanda:

"A mesma inata dignidade observável na sua atuação civil, o mesmo por vezes crispado senso moral que lhe impregna a conduta, na vida política, jornalística e diplomática, tipificam inapagavelmente os escritos de Alvaro Lins, onde a elegância original da forma e a personalidade das ideias se junta a uma vibração fruto de convicções arraigadas, não raro, estas, de um desassombro capaz de transcender as subalternas fronteiras de qualquer conveniências".

Pedidos à Redação do nosso jornal, R. Conselheiro Furtado 191, sala 2, São Paulo.

O General Delgado Presta Homenagem a uma Patriota

Ao tomar conhecimento da morte da grande patriota Maria Isabel de Aboim Inglês, o general Humberto Delgado escreveu ao sr. Carvalhão Duarte, diretor da "República" uma carta em que lhe solicita "transmitir à família da saudosa correlejonária, e em particular "a seu filho Carlos, ora sob a bestialidade da PIDE, toda a profunda consternação sentida pela perda de tão notável figura da luta pró-libertação de Portugal". Acrescenta o general que "a excelente senhora representou pela sua abnegação, tenacidade e firmeza de animo, grandioso exemplo a apontar" aos democratas portugueses.

HOMENAGEM A UM HERÓI

Miguel Urbano Rodrigues

Julián Grimau morreu. No pé-tio do presídio de Carabanchel, na madrugada de uma manhã de abril. Foi fuzilado. Fuzilado por ser espanhol e democrata e muito amar o seu povo.

Soube morrer como vivera. Com a mesma dignidade do combatente de 36, com a mesma coragem do militante experimentado nas lutas da clandestinidade, com a mesma serena compostura do herói que enfrentara o Conselho de Guerra franquista.

O mundo tinha os olhos postos na sua figura franzina e sêca. Julián Grimau não estava só. Não estava quando recusou a farsa dos sacramentos, não estava quando avançou para o pelotão de fuzilamento. E ele o sabia ao fumar o ultimo cigarro, olhando os soldados mouros. Milhões, dezenas de milhões de homens estavam pendentes daquela cena, uma cena repugnante, embora banal na Espanha de Franco. E estavam com ele contra a engrenagem simbolizada nas altas e sinistras paredes de Carabanchel, nos fuzis do pelotão, no padre que o contemplava de longe, rezando. Dezenas de milhões de homens a seu lado. Como antes, como em 36, quando ele, espanhol e democrata, ajudara a defender aquela cidade heroica contra os pais daqueles mouros, quando Madrid, em epopeia inesquecível, barrara o caminho às hostes fascistas. A imensa, a invencível força representada pela solidariedade entre os homens estava presente em Carabanchel naquela fria madrugada de abril. E Julián Grimau não o ignorava. O forte era ele. O forte foi ele.

Pôde o caudilho ter a ilusão de que venceu mais uma batalha. Quicá respire mesmo aliviado no seu Palacio del Pardo. Mas o fraco é ele! Como o era já em julho de 36 quando atravessou o Estreito para assassinar a democracia. Pôde o tirano condecorar o ministro Iribarne; promover o coronel Eymar, presidente do grotesco tribunal da Calle del Reloj; gratificar os cerberos da Brigada Política-Social que torturaram Grimau. De nada lhe valerá tudo isso. O derrotado, o solitário é ele, Francisco Franco Bahamonde! Fuzilando um herói, montando uma farsa jurídica que enojou o mundo, criou condições para exigir agora um pagamento mais alto pelo arrendamento de novas bases aos imperialistas norte-americanos. Mas a sua "independência" apresenta já os estigmas do fim próximo. O fraco é ele...

Os ecos do clamor mundial de indignação e revolta não lhe fazem — pensa o tirano — a menor massa. E mais uma vez se engana. Por não compreender que a solidariedade é um sentimento dos fortes, por só acreditar no poder do dinheiro e dos fuzis mercenários.

Francisco está habituado ao ódio. Cresceu no culto dele e nele morrerá. Odeia, mas acostumou-se também a ser odiado. Permite-se assim rir de milhares de pedidos de clemência que se amontoavam sobre a sua mesa de ditador. Disse não a chefes de Estado e de governo, a cardeais, aos nomes de maior prestígio da intelligentsia mundial. Queria matar e matou.

Julián Grimau morreu. Mas está, paradoxalmente, mais vivo do que na madrugada de 20 de abril. As centenas de manifestações organizadas por esse mundo afóra contra as embaixadas e consulados espanhóis aí estão a demonstrá-lo.

"Milhares de combatentes ocuparão o lugar do herói caído" — escreve a "Pravda". Foi o que Franco esqueceu. De cada vez que abate um adversário olvida que ele faz parte de uma cadeia interminável de patriotas. Grimau era membro do Comité Central do Partido Comunista Espanhol. E proclamou-o com orgulho frente ao Tribunal, declarando aos seus matadores: "Sou comunista há 26 anos e continuarei a sê-lo!" E foi comunista, foi espanhol e, acima de tudo, homem até ao ultimo instante.

Julián Grimau morreu. Em Espanha, onde é primavera, há mais uma bandeira de combate. Seu nome, sua gesta de herói permanecem gravados na terra que tanto amou. É um exemplo para os operários, os mineiros, os camponeses, os estudantes, os intelectuais, para todos os democratas de Espanha. Das rias galegas às margens do Guadalquivir, das estepes estremitas à huerta levantina, dos planaltos áridos de Aragão à vega da Granada nazáride, das planícies infundadas de Castela às ramblas febricitantes de Barcelona, Julián Grimau encontrará continuadores. No momento em que ele cá, há na Espanha martirizada e heroica incontável numero de combatentes da liberdade. E para esses, como para o Manuel de L'Espoir, "Mais grave do que o sangue dos homens, mais inquietante do que a sua presença sobre a terra é a possibilidade infinita do seu destino". Julián Grimau morreu. Mas continua vivo nos seus companheiros. Em todos os homens que amam a liberdade e a dignidade.

me, sua gesta de herói permanecem gravados na terra que tanto amou. É um exemplo para os operários, os mineiros, os camponeses, os estudantes, os intelectuais, para todos os democratas de Espanha. Das rias galegas às margens do Guadalquivir, das estepes estremitas à huerta levantina, dos planaltos áridos de Aragão à vega da Granada nazáride, das planícies infundadas de Castela às ramblas febricitantes de Barcelona, Julián Grimau encontrará continuadores. No momento em que ele cá, há na Espanha martirizada e heroica incontável numero de combatentes da liberdade. E para esses, como para o Manuel de L'Espoir, "Mais grave do que o sangue dos homens, mais inquietante do que a sua presença sobre a terra é a possibilidade infinita do seu destino". Julián Grimau morreu. Mas continua vivo nos seus companheiros. Em todos os homens que amam a liberdade e a dignidade.

O Caso dos Asilados

Com o regresso do embaixador Negrão de Lima a Lisboa, dissiparam-se as tenues esperanças que havia de uma rápida solução para o caso dos asilados da Embaixada do Brasil. De facto, aquê diplomata, antes de viajar para o Rio de Janeiro, afirmou a várias pessoas ligadas aos asilados que o fim principal que o levava ao Brasil era o desejo de encontrar, de acordo com o Itamarati e o presidente da República, uma fórmula que pudessem "ser aceita pelas autoridades portuguesas". Entretanto, sabe-se já que o sr. Negrão de Lima não se ocupou do assunto, tendo dedicado apenas a sua atenção ao caso Bidault, surgido durante a sua estada no Rio. Nos melos oposicionistas não havia, aliás, ilusões, uma vez que se conhece a completa identificação existente entre Salazar e o embaixador brasileiro.

Tudo permanece, assim, na estação zero. A situação dos asilados é cada vez pior, ressentindo-se todos moralmente da longa permanência na Embaixada, que não deixa de ser para eles uma prisão, embora "dourada". As promessas do embaixador já não convencem ninguém. Entre as famílias comenta-se desfavoravelmente a inércia do governo brasileiro, apontando-se o contraste com o interesse revelado pela solução do problema dos asilados cubanos. Pensa-se, inclusive, em enviar uma exposição ao presidente da República do Brasil solicitando-lhe o envio de um embaixador especial, encarregado, a exemplo do sucedido com o embaixador Camara Canto em Havana, de negociar directamente a saída dos asilados.

MANUEL SERRA DEVE SER JULGADO EM JUNHO

LISBOA (Do Correspondente) — Segundo informações colhidas junto de fontes oficiais, deve realizar-se em princípios de junho o julgamento do líder católico Manuel Serra, ex-oficial da Marinha Mercante, preso a seguir ao assalto ao quartel de Beja, em 31 de Dezembro de 1961. O estado de saúde da quele democrata continua a ser muito precário, em consequência dos maus tratos recebidos pois foi submetido frequentes vezes à tortura. Ao que se diz, o governo e o PIDE, de acordo com os juizes já montou a farsa jurídica em que se transformará o julgamento. A sentença será particularmente severa, pois é intenção de Salazar oferecer aos seus adversários uma prova convincente da sua determinação de esmagar implacavelmente todos os democratas que na sua luta contra o regime recorram a meios violentos. Em face desses rumores os melos católicos, cada vez mais divorciados do regima, mostram-se preocupados com a sorte reservada a Manuel Serra.

Pela amnistia e contra a repressão Franco continua a matar

LISBOA (Do Correspondente) — O chamado Tribunal Plenário de Lisboa continua a "julgar" e a condenar patriotas acusados de "atividades subversivas". O último julgamento realizou-se nos dias 21 e 22 de março, sob a presidência do desembargador Silva Caldeira, um dos esbirros mais famosos da Justiça de Salazar. Compareceram perante o Tribunal João António Honrado e Augusto Alberto Ferreira Lindolfo, sob os quais impendia a acusação de pertencerem aos quadros do Partido Comunista Português. Entretanto, não chegou a haver nem sequer a paródia de um julgamento. Como os réus quiseram usar da palavra, o juiz presidente exaltou-se, proibiu ambos de falar e, como não fosse atendido, ordenou que os dois fossem retirados da sala. As testemunhas foram depois ouvidas na ausência dos réus.

João António Honrado, que tem 33 anos e era empregado no comércio em Ferreira do Alentejo, foi condenado em cinco anos e meio de prisão, na perda de direitos políticos por quinze anos e em medidas de segurança de internamento por períodos prorrogáveis de seis meses a três anos. Augusto Lindolfo, de 30 anos e que exercia a profissão de empregado de escritório em Cedofeita (Pórtio), foi condenado em três anos, sendo-lhe também aplicadas medidas de segurança. Os réus foram notificados das penas no calabouço.

PRISÕES E EXPLICAÇÕES...

Em nota distribuída aos jornais em fins de março, o Ministério do Interior anunciou a prisão de vários jovens "que se preparavam para sair do país a fim de se juntarem aos traidores de Angola". Na sequência das averiguações, foram detidos Humberto Monteiro Abel Traca, estudante de 21 anos; natural de Novo Redondo, Angola; Claudio de Sousa Cabral de 22 anos, estudante da Faculdade de Ciências, natural da Chibia, Angola; e Alberto Rui Pereira, estudante de Medicina, natural de Bragança. Foi também ordenada a detenção do cabo miliciano João Nobre que permanece à disposição das autoridades militares.

O Ministério do Interior na sua nota salienta que os jovens aguardavam "próxima incorporação nas fileiras militares, obrigação a que, além do mais, criminosamente se furtariam se levassem a cabo a sua fuga".

Liberdade para José Bernardino!

O estudante e patriota José Bernardino, dirigente académico, de imenso prestígio, que foi presidente da Casa dos Estudantes do Império, do Cine-Clube Universitário de Lisboa, Vice-presidente da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico, três anos consecutivos e Secretário-Geral das Reuniões Inter-Associações, recusou-se, valentemente, a participar no genocídio de Angola e enfileirou ao lado daqueles que na clandestinidade lutam contra o salazarismo. Preso em maio de 1961, vítima de espancamentos e de incommunicabilidade, por dois longos períodos sujeito a interrogatórios como tortura do sono, José Bernardino, ao fim de dois meses, deu entrada na prisão do Aljube inanimado, sem que tivesse traído um só dos seus companheiros de luta.

A PIDE quer condenar José Bernardino a prisão perpétua através de "medidas de segurança". É urgente, é imperioso que os estudantes de todo o mundo se unam para defender a sua vida. Por todos os meios, telegramas, cartas, declarações, etc., dirigidas ao governo português, diretamente, ou por intermédio das embaixadas nos respectivos países, APELAMOS para os estudantes do mundo inteiro.

Enviem, também, a sua solidariedade para as organizações estudantis de que José Bernardino foi dirigente. Dirijam-se à: Associação dos Estudantes do I.S.T. — Av. Rovisco Pais — Lisboa 1 — Portugal; Casa dos Estudantes do Império — Av. Duque D'Ávila, 23 — Lisboa 1 — Portugal.

"MEDIDAS DE SEGURANÇA" PARA O LIVREIRO CASTRO E SILVA

LISBOA (Do correspondente) — O Tribunal Plenário da Boa Hora continua em plena atividade, como reflexo da intensificação do terror policial em todo o País. O processo que mais atenção despertou durante o mês de Março foi o do conhecido livreiro Ezequiel Dionísio de Castro e Silva acusado da prática de "diversas atividades subversivas". Apesar de todos os esforços do ajudante do procurador-geral da República e da docilidade do presidente do Tribunal, o famigerado desembargador Silva Caldeira, só uma pequena parte das acusações formuladas no despacho de pronúncia pôde ser "provada". Mesmo assim, foi aplicada ao réu uma pena severíssima: dois anos e sete meses de prisão maior, perda de direitos políticos por 15 anos e "medidas de segurança" por períodos prorrogáveis de seis meses a três anos. Portanto, mais uma pena de prisão perpétua!

No mesmo Tribunal, e também sob a presidência do juiz Silva Caldeira, foram julgados nos primeiros dias do mês seis patriotas de Coimbra, Tondela e Viseu acusados de "atividades subversivas". Augusto Barros de Oliveira foi condenado em 18 meses de prisão, correccional. Os seus companheiros tiveram a pena suspensa, mas isso praticamente não os beneficiou, atendendo ao tempo de prisão previamente cumprido, sensivelmente igual ao imposto pela sentença.

ATIVIDADES DO COMITÉ BRITÂNICO PARA A AMNISTIA

LONDRES — O secretário do Comité Britânico para a Amnistia participou de um comício promovido pelo movimento "Quaker" em solidariedade ao povo de Angola. Durante a reunião, foi ventilado o problema da repressão em Portugal, tendo o orador respondido a várias perguntas sobre a prática da tortura. A assistência manifestou surpresa e indignação, sendo numerosas as pessoas que se ofereceram para colaborar na luta contra a ditadura fascista de Salazar, inquirindo de que modo poderiam ser úteis. Em consequência do debate travado, avolumou-se extraordinariamente o número de protestos enviados nos dias subsequentes à Embaixada de Portugal. O Governo Britânico tem recebido, por outro lado, protestos contra o apoio que vem concedendo ao fascismo português tanto nas Nações Unidas como na OTAN.

Várias delegações do Partido Trabalhista tomaram também posição em face do problema político português, endereçando à Embaixada de Portugal protestos contra o terror policial e apelos a favor da amnistia. A delegação do distrito de Londres da Federação Sindical ASSET enviou ao Comité Britânico da Amnistia um donativo de 20 libras, acompanhando uma carta em que declara adoptar as resoluções da Conferência de Paris. Na Escócia alcançou apreciável repercussão uma campanha desencadeada pelo Cowdenbeath Trades Council exigindo a libertação da prisioneira política Sofia Ferreira.

Como introdução à campanha em prol do encerramento do "campo da morte lenta" está circulando na Inglaterra o apelo à opinião pública mundial assinado pelo general Humberto Delgado e pelo prof. Ruy Luz Gomes.

Outra iniciativa do Comité — a assinalar a sua intensa atividade — foi a organização de um sarau musical dedicado à audição de obras do eminente compositor português Fernando Lopes Graça.

BOLETIM DO COMITÉ

O Comité Britânico para a Amnistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses publicou no mês findo o segundo número do seu Boletim Informativo. Numa expressiva carta-apelo que o acompanha, a secretária do Comité, Mrs. Ward, lembra aos "amigos" a necessidade de prestarem uma maior ajuda à campanha em curso. As formas dessa ajuda podem ser variadas, indo desde a "adoção" de um prisioneiro político ao envio de cartas de protesto às autoridades portuguesas e à pressão sobre o governo britânico para que o mesmo deixe de apoiar Salazar nas Nações Unidas e na OTAN.

O referido Boletim vale por uma demonstração da eficiência do trabalho que vem sendo realizado pelo Comité Britânico para a Amnistia e constitui-se em exemplo para quantas organizações se dedicam a essa admirável campanha. Abre com uma breve nota sobre o Tarrafal, informando que a pedido dos interessados lhes será enviado um pormenorizado relatório sobre aquele campo de morte. Esclarece, depois, que grande numero de organizações e personalidades do Reino Unido têm protestado junto das autoridades portuguesas contra o tratamento por elas dispensado aos prisioneiros políticos e publica excertos de uma carta na qual a Embaixada de Portugal em Londres expõe as "razões" que a levaram a recusar-se a receber uma delegação do Comité, atitude que veio confirmar uma vez mais a vulnerabilidade do fascismo português quando sujeito à pressão da opinião pública internacional.

A parte final do Boletim inclui elementos esclarecedores sobre a repressão em Portugal e uma lista de presos políticos contendo referências especiais para cada caso.

O Boletim contém ainda numerosas informações sobre as mais recentes atividades do Comité.

Decorridos 26 anos sobre o fim da guerra civil espanhola, Franco continua a julgar e condenar patriotas que lutaram contra o fascismo por ele simbolizado. Julian Grimau foi o último a cair sob as balas de um pelotão de fuzilamento. Combatente de 36, o fim das hostilidades atirara-o para a emigração em França, saindo daí para a clandestinidade no Interior de

Espanha. Membro do Comité Central do Partido Comunista Espanhol, Grimau soube afirmar-se ao longo de muitos anos de luta como combatente de uma tempera excepcional e como quadro político dos mais valiosos. Não lho perdoou o Caudilho.

Torturado pela Polícia franquista — que encenou inclusive o suicídio do grande patriota lançando-o à rua de uma janela — e condenado por um "tribunal" fantoche, Grimau acabou por ser executado, apesar dos milhares de apelos endereçados ao sanguinário ditador.

O novo e bárbaro crime do fascismo franquista revoltou profundamente a consciência da Espanha e causou uma onda de repulsa e indignação em todo o mundo. Oprimida por um regime semelhante e por um ditador não menos cruel embora mais cauteloso na escolha dos processos, não podia a nação portuguesa deixar de sentir como sua a dor do povo irmão da Espanha. Interpretando esses sentimentos, "Portugal Democrático" presta uma comovida e derradeira homenagem ao herói assassinado, na certeza de que outros lhe ocuparão o lugar na luta pela democracia e a liberdade da Espanha fraterna e gloriosa. ...



JULIAN GRIMAU GARCIA

REPERCUSSÃO EM SÃO PAULO

A repercussão em São Paulo do gesto de Franco, fuzilando Grimau foi imediata e intensa. No dia 22 de abril realizou-se uma passeata de protesto que percorreu o centro da cidade e terminou junto ao consulado espanhol, em frente do qual as centenas de participantes, depois de colocarem no portão uma grinalda de flores, observaram 5 minutos de silêncio. À noite, no Centro Democrático Espanhol, efetuou-se um ato público de protesto contra o crime franquista. Das dezenas de mensagens recebidas no Centro Democrático e lidas durante o ato, foi particularmente aplaudido o telegrama enviado pelo Gen. Delgado. Estavam presentes centenas de pessoas, tendo usado da palavra, entre outros o presidente do Centro, José Vendrel; Luis Carlos Prestes, secretário geral do Partido Comunista Brasileiro; juiz Dacio de Arruda Campos, pelos juristas de São Paulo; José Madero, pelos jovens espanhóis; Miguel Inacio, pela UEE; Maria Rodriguez, pelas mulheres espanholas; Frederico Gaeta, pelos professores da Universidade de São Paulo; Antonio Guardiola, secretário da Comissão Latino-Americana para a Amnistia aos Presos e Exilados Políticos Espanhóis e Portugueses; Rocha Mendes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo; teatrologo Gianfrancesco Guarnieri; Ricardo Bandeira, deputado Cid Franco e Camara Ferreira.

Noticias diversas

REGIME DE OCUPAÇÃO MILITAR

Em conformidade com "planos pré-estabelecidos", o cap. Dias Antunes, comandante da Polícia de Segurança Pública de Lisboa, passou a colaborar mais ativamente com a PIDE na ação de repressão e de policiamento dos bairros populares da Capital portuguesa. Para assegurar o êxito da "caça aos subversivos", foram criados postos policiais em locais estratégicos da cidade, nomeadamente nas avenidas Duarte Pacheco, da Índia, do Aeroporto, de D. Rodrigo da Cunha, das Descobertas, de Gago Coutinho, de Cêuta; no Campo Grande; nas ruas de São Pedro de Alcantara, Morais Soares, da Encarnação, etc. Cada novo posto foi entregue a uma brigada policial; que dispõe de um veículo de rádio-patrolha, o qual está em permanente contato com a Central da PIDE e com o Comando Geral da P.S.P.

INFILTRAÇÃO DE CAPITALS ESTRANGEIROS

Segundo declarou o deputado Amaral Neto na "Assembleia Nacional" portuguesa, entre as dez maiores unidades mineiras do país, só 3, de carvão, são de investimento de capitais nacionais, sendo as outras sete (seis metálicas e uma de antracite) propriedade de capitais estrangeiros. A intervenção de capitais portugueses começa só a revelar-se nas minas de grandeza média, para se concentrar nas de importância mínima ou mesmo nula.

AZEITE PARA CANHOES

Apesar de Portugal ser um dos maiores produtores mundiais de azeite e tradicional exportador deste produto, ele faltará este ano no mercado português. O fato deve-se à intensificação da exportação para fazer face ao desequilíbrio da balança de pagamentos provocado pelos gastos extraordinários com as operações militares nas colônias africanas. Com efeito, contra a exportação de 4.833 toneladas de azeite de janeiro a novembro de 1961, foram exportadas, no mesmo período de 1962, 16.500 toneladas do produto.

AUMENTAM OS EFETIVOS DA PIDE

Os dados estatísticos rodoviários agora publicados em Lisboa com referência ao ano de 1961, dão conta de pertencerem ao Ministério do Interior do governo português nada menos de 2.468 automóveis. Seria estranho este número, em comparação, por exemplo, com o número de viaturas pertencentes ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, que é apenas de 6, se se não soubesse que a PIDE está oficialmente integrada no Ministério do Interior. Assim, resulta claro o aumento dos efetivos da polícia política salazarista, considerando, pa-

ra mais, que os carros de que ela dispõe são geralmente atribuídos apenas aos agentes encarregados da vigilância e repressão nas ruas das cidades de maior população.

A PIDE RI-SE DO SIGILO DA CORRESPONDÊNCIA

Desde sempre a PIDE tem violado a correspondência dos cidadãos portugueses e até dos estrangeiros, dentro de Portugal e de fora para Portugal. Desde há algum tempo, porém, a PIDE faz questão de mostrar aos próprios destinatários ou emittentes da correspondência violada a devassa de que foram vítimas. É, assim, frequente que as cartas sejam substituídas por recortes picarescos ou fotografias de jornais, de forma que apenas os envelopes chegam ao seu destino. Há poucos dias, a escritora portuguesa Maria Lamas, exilada em Paris, respeitada em Portugal inteiro, que o porta-palavra de todos os democratas portugueses na recente Conferência de Paris em favor da Amnistia dos Presos Políticos Portugueses, recebeu um cheque de mil francos, adulterado pela PIDE para dois mil francos, a fim de criar à democrata portuguesa uma situação difícil no estabelecimento bancário.

MEDIDA DE PRECAUÇÃO

A tripulação do vapor português "Santa Maria", que há dois anos foi capturado pelo cap. Galvão, realizou há pouco tempo a sua primeira viagem, depois daquele acontecimento, a portos venezuelanos. Apesar de a tripulação ter sido inteiramente renovada, não pôde, no entanto, desembarcar, no cumprimento de rigorosas ordens das autoridades de Lisboa...

AMIZADES FASCISTAS

George Bidault, o chefe da O.A.S. francesa, foi objeto, enquanto permaneceu em Lisboa, das maiores atenções por parte das autoridades portuguesas. A deslocação de Bidault de Portugal para o Brasil deveu-se apenas ao acordo feito entre De Gaulle e o governo da R.F. Alemã de que o destino final do chefe fascista seria uma República Sul-Americana, paraíso dos governos europeus... para os seus inimigos políticos.

PRESSÃO DOS ESTUDANTES

O Supremo Tribunal Administrativo de Portugal resolveu dar provimento ao recurso do Prof. Vitorino Magalhães Godinho, que havia sido demitido por se ter solidarizado com os estudantes contra a PIDE. Esta resolução do tribunal mais político do regime é considerada em Lisboa como resultado das pressões exercidas nos últimos tempos pelos estudantes em favor dos professores que se colocaram a seu lado.

Apelo ao Papa

O Secretariado Internacional da Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Amnistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses, realizada em Paris em 15 e 16 de dezembro do ano passado, dirigiu, logo após a realização daquele conclave, uma carta ao Papa João XXIII solicitando-lhe que intervisse "com todo o peso da sua imensa autoridade" no sentido de fazer cessar "uma situação que choca tão violentamente a consciência e o coração dos homens de boa vontade". Salienta o documento que "em Portugal, homens e mulheres não têm outro calor no fundo da prisão, senão a partilha dos seus sofrimentos e a certeza da profunda solidariedade humana daqueles que, para além dos seus carcereiros, se inquietam com a sua sorte". Aludindo à trágica situação dos presos políticos portugueses, recorda-se ainda nessa carta, que "a mínima suspeita de oposição acarreta a prisão e o interrogatório pela Polícia Política bem como processos em que os acusados não gozam do direito mais elementar de defesa "com as consequentes condenações a anos de prisão nos presídios salazaristas e a aplicação das famosas "medidas de segurança".

PORTUGAL DEMOCRATICO

PORTUGAL EM NUMEROS

Centro Democrático Espanhol

Por motivo da passagem do XXXII aniversário da Proclamação da República Espanhola...

A presença de numerosas personalidades brasileiras e de centenas de associados e convidados que aplaudiram entusiasticamente o magnífico programa apresentado...

PORTUGAL DEMOCRATICO representado por alguns dos seus colaboradores, compareceu às comemorações, tendo-lhe sido conferida a dignidade de "Sócio Honorário"...

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL

Otávio Martins de Moura

SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Praça 11 de Junho, 356 - Telefone: 43-5110

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luís Fernandes e Angelo Ferreira da Silva - Av. Dantas Barreto, 564 - 9.º sala 908

CURITIBA - A. Ferrer - Rua João Pessoa - 67 LONDRINA: Julio Duarte - Caixa Postal 1.229

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Almeida Av. Visconde de Caupey, 2.853 Fortaleza - Ceará

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio R. Dr. Flores - 96 Rio Grande do Sul

PELOTAS: Heitor M. Bandeira - Rua 7 de Setembro, 312 - Pelotas Rio Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho - Av. Sete, nº 1 - Edifício Sulacap, 215 - Salvador (Bahia)

INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (CPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association - 47 Barrymore Road - Scarborough - Ontário - Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa - Apartado 8287 - Caracas

ARGENTINA - Manuel Lopes - Benito Perez Galdos, 222 - Buenos Aires

URUGUAI - Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.º 2.123 Distrito 5 - Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro - Postovní Urada - Jindřická, 15 - Štránská 646 - Praha

UNIAO SUL AFRICANA: J. Sarmiento - P. O. Box 3314 - Johannesburg

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 - Sala 2 - Caixa Postal 4.469 - Tel.: 37-0933 - São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas Sábados: das 15 às 19 horas Numero avulso: Cr\$ 20,00 Assinatura anual: Cr\$ 600,00 Ass. p/ o Exterior: US \$ 5,00 porte aéreo

Ano VIII - N.º 71 - Maio - 1963

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo do por consequente de sua exclusiva responsabilidade.

Concluímos neste número a publicação do importante relatório sobre a situação em Portugal, apresentado em dezembro passado à Conferência da Anistia, realizada em Paris.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Educação e Cultura

40% da população não sabe ler 72.2% da população nunca frequentou a escola 0,8% da população frequenta ou possui curso superior

Nível de Cultura dos Trabalhadores

80% dos trabalhadores frequentaram no máximo, a instrução primária (3 anos) 68% dos trabalhadores começaram a trabalhar antes dos 14 anos, apesar da interdição legal de todo o trabalho de menores de 14 anos na indústria.

Despesas publicas na Educação

por habitante e por ano em 1960: Bélgica 52,7 dolares França 45,8 " Bulgária 30,4 " Dinamarca 26,0 " Portugal 7,0 "

Evolução da construção de escolas

Média atual: Durante a República Democrática de 1910 a 1926 134 escolas de 1926 a 1950 66 "

Origem social dos estudantes

Ensino superior: 54,5% - burguesia rica 2,9% - camadas trabalhadoras

Proteção do Estado aos Estudantes

Ensino superior: 100 bolsas de 100 dólares anuais, ou seja 0,5 dólares em bolsas para estudantes alojamento - 1,1 dólares por estudante e por ano alimentação - 0,5 dólares por estudante e por ano

Proteção ao ensino científico e técnico

Percentagem de diplomados das Faculdades científicas e técnicas em relação ao total dos diplomados do ensino superior em 1960: Bulgária 45% França 40% Inglaterra 38% Portugal 22%

Ensino Obrigatório:

Duração, em 1960 França 10 anos Bélgica 8 " Dinamarca 7 " Portugal 3 "

Decretos-leis contra o ensino

em 15 de Junho de 1926 (16 dias após a instauração do Estado Novo), o decreto 11.730 fecha definitivamente todas as escolas do ensino primário superior para os jovens de 12 a 16 anos que não teriam meios para frequentar o ensino superior. a 24 de Novembro de 1936, pelo decreto 27.279 são criados os "postos escolares", forma embrionária de escola elementar "a fim de pôr um limite na educação popular, às utopias e aspirações ilegítimas".

O mesmo decreto fecha as escolas de preparação de professores primários. A 29 de Março de 1937, o decreto 27.603 reduz a escolaridade obrigatória de 4 a 3 anos. A 9 de Outubro de 1937, o decreto 28.081 extingue o ensino infantil oficial. A partir daí, para as crianças pobres, será confiado à caridade publica. Na mesma época um decreto extingue as "escolas móveis" que funcionavam nos centros rurais. Em 1930 havia 400 destas escolas com 18.000 alunos.

Frequencia de espetáculos culturais

Tomando por base as estatísticas de 1959, cada português vai em média: ao CINEMA, 3 vezes por ano. (Em todo o país, salvo Lisboa e Porto, uma vez de três em três anos). ao teatro, 1 vez todos os 11 anos. aos concertos, 1 vez todos os 383 anos. ao ballet, 1 vez todos os 494 anos.

Filmes produzidos:

Em 1959: França 133 Dinamarca 16 Bulgária 12 Portugal 5

Rádiodifusão

Numero total de aparelhos por 1.000 habitantes, em 1959: Dinamarca 327 Bélgica 272 Bulgária 162 Portugal 87

Bibliotecas Públicas

Numero de volumes por habitante, em 1959: Dinamarca 1,7 Bulgária 1,7 Bélgica 1,1 Portugal 0,3

Museus

Numero de visitantes por 1.000 habitantes, em 1959: Dinamarca 656 Bulgária 378 Portugal 87

Jornais Diários

Tiragem total por 1.000 habitantes, em 1959: Dinamarca 357 Belgica 275 França 243 Bulgária 201 Portugal 68

Televisão

Numero de aparelhos por 1.000 habitantes em 1960: Dinamarca 119 Bélgica 68 França 41 Portugal 5

Desporto

Em 1959: 44.819 desportistas, ou seja 1 em cada 200 habitantes. 2.000 desportistas, ou seja 1 mulher que pratica o desporto em cada 2.150 portuguesas. 4 de cada 18 departamentos portugueses de desporto não possuem qualquer desportista feminino. 73 clubes desportivos, tendo 78% menos de 500 associados.

V

DIVERSOS

Construção de habitações

habitações construídas em 1958, por 1.000 habitantes: Grécia 6,9 Espanha 3,0 Portugal 3,2

Necessidade de habitação

Em 1957 350.125 famílias (ou seja quase 20% da população) tinham necessidade de novas moradias. Sendo que: 2.592 - sem habitação 2.853 - vivendo em edificios ou partes de edificio não destinadas a habitação. 192.234 - que partilham uma só peça c/ outras famílias, 140.850 - vivendo numa só peça onde se acumulam por vezes mais de 10 pessoas.

Rendas

o preço das rendas em Lisboa aumentou 93,2% de 1949-61.

Mortalidade por doenças infecciosas

Em 1957: Tuberculose - 58,4 em 100.000 habitantes. A mortalidade mais alta da Europa. Difteria - a mais alta da Europa. Febre tifóide - a segunda mortalidade mais forte da Europa. Tétano - a segunda mortalidade mais forte da Europa. Antraz - a terceira mortalidade mais forte do mundo.

Médicos

Em 1960: 1 em cada 1.386 habitantes Em Lisboa: um em cada 366 habitantes. Nas provincias: de 1 em 3.000 até 1 em 15.000 habitantes.

Enfermeiras

Em 1956: Dinamarca 1 enfermeira para 253 habitantes Irlanda " " " 284 " Holanda " " " 400 " Portugal " " " 2.373 "

Hospitais

Em 1959, 52 leitos para 10.000 habitantes. Em 1951: Inglaterra 117 França 112 Itália 80

Mortalidade Infantil

Taxa de mortalidade infantil por 1.000 habitantes, em 1958: Suécia 15,8 Espanha 47,4 Bulgária 52,2 Portugal 84

Maternidade e Mortalidade

A mortalidade durante o parto estava em 1958 em Portugal em ordem de importância logo abaixo de Malta (12 para cada 10.000 nascimentos). Sem assistência médica para: 60 a 70% dos partos 62% de casos mortais durante o 1.º mês, após o parto 43% de casos mortais durante o 1.º ano após o parto.

Estradas

1 milhão de habitantes vive em localidades que não são servidas por estradas.

Distribuição da Electricidade

48% das circunscrições não tem electricidade.

Distribuição de água

11.201 localidades com mais de 100 habitantes e 15.000 de menos de 100 habitantes não tem água corrente. Segundo o deputado governamental Amaral Neto, 160 anos serão necessários para reparar este atraso, caso se mantenha o ritmo de trabalho actual.

Eleições

"Recenseamento Eleitoral"

Percentagem de recenseamentos em relação à população: Bélgica 65% França 62% Dinamarca 62% Turquia 50% Portugal 15%

Prostituição

A prostituição tornou-se ilegal em Portugal a partir de 1.º de janeiro de 1963 embora se não tomassem quaisquer medidas de reeducação ou protecção das prostitutas. em 1925 havia 2.293 prostitutas registradas. em 1950 havia 5.079 prostitutas registradas em 65 circunscrições, contra 106 em que a prostituição era clandestina.

Delinquência Juvenil

Em 1959: 2.141 menores foram julgados pelos "Tribunais da Tutoria de Infância". 1.589 menores foram condenados, dos quais 147 tinham menos de 9 anos. mais de 6.500 menores estavam na prisão.

Viaturas de Turismo

Em 1957: Numero de viaturas de turismo por 1.000 habitantes - 12

Tratores

Em 1960: Numero de tratores por 10.000 habitantes - 7.

Pelo encerramento do Tarrafal

Durante o mês de abril continuaram a verificar-se em todo o Brasil manifestações de protesto contra a reabertura do Campo de Concentração do Tarrafal. A reação contra o novo crime do fascismo português foi especialmente viva nos meios estudantis e sindicais, sendo numerosos os protestos e apelos tornados públicos por várias entidades representativas.

A UNE CONTRA O TARRAFAL

Na impossibilidade de reproduzirmos todos esses documentos, transcrevemos abaixo o mais expressivo de todos, o comunicado divulgado no Rio de Janeiro, pela União Nacional dos Estudantes do Brasil:

A União Nacional dos Estudantes tomou conhecimento da reabertura pela ditadura salazarista, do Campo de Concentração do Tarrafal, no Arquipélago de Cabo Verde, Tarrafal, o "Campo da Morte Lenta", cenário do extermínio dos melhores filhos do Povo Português, fôra encerrado em 1957, pela ação de uma das maiores campanhas no seio da opinião pública mundial. Este ano, Salazar, revivendo os dias do nazi-fascismo, reabre o Tarrafal, internando desde já centenas de patriotas africanos e portugueses, numa afronta aos direitos mais elementares do Homem — o direito à vida e à liberdade.

A UNE, interpretando os sentimentos democráticos dos universitários brasileiros, denuncia perante a opinião pública e o Governo, mais esta ignominia salazarista; declara o seu mais veemente protesto; e conclama a massa estudantil brasileira, por intermédio das suas organizações estaduais, de Universidade e faculdade, a manifestar numa larga campanha nacional, o seu repúdio à ditadura que há longos anos oprime e explora o Povo irmão de Portugal.

BELO HORIZONTE, 14 de abril de 1963

ass.) Bolivar Lamonnier — Pres. ENESCS; Elizabeth Hermans — Pres. UEE, Goiás; Antonio Roberto Bertoll — Pres. UEE, Minas Gerais; Erna Martha Von Dollinger — Pres. da UEE, R.G.N.; Eliane Macêdo Rocha — Pres. da UEE, R.G.S.; Presidentes das UEEs do Ceará, de Goiás (DCEVG), da Bahia, da União Paranaense dos Estudantes, da UEE de São Paulo; Pedro Alves de Almeida, Pres. da ENED; W. Regis, Pres. da UNEQ.

MANIFESTA-SE O I CONGRESSO DOS TRABALHADORES

O problema da reabertura do Tarrafal foi também ventilado durante o I Congresso dos Trabalhadores do Estado da Guanabara. Depois de o plenário aprovar por aclamação uma proposta nesse sentido, foi enviado ao embaixador de Salazar no Brasil o seguinte telegrama:

"Delegados sindicais reunidos em Congresso dos Trabalhadores da Guanabara protestam veementemente contra a reabertura do campo de concentração do Tarrafal e exigem o seu encerramento definitivo". O telegrama foi assinado pelo presidente da mesa, Jaime da Silva Corrêa, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio do Estado da Guanabara.

NA CAMARA DOS COMUNS

LONDRES (Do correspondente) — Por iniciativa do Comité Britânico para a Amnistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses realizou-se no passado dia 28 de março numa sala da Câmara dos Comuns do Reino Unido uma sessão destinada a informar o povo da Grã-Bretanha sobre a campanha de repressão policial desencadeada pelo fascismo português.

No início, um elemento da oposição democrática portuguesa fez uma breve exposição sobre a conjuntura política portuguesa, referindo-se à actividade das Juntas de Ação Patriótica e à recente Conferência das Forças Anti-Fascistas. A deputada Judith Hart, do Partido Trabalhista, falou, depois, sobre a situação existente em Portugal, salientando que o "Labour", por intermédio do seu presidente, sr. Harold Wilson, interveio já junto do governo britânico no sentido de evitar que este fornecesse armas a Portugal. Concluindo, Mrs. Hart incitou as organizações de massa do Reino Unido a fazer

pressão sobre o governo para que o mesmo retire a Salazar o apoio que lhe vem concedendo na ONU e na NATO.

O rev. Eric Blakeborough, da Igreja Baptista, discorreu sobre a repressão em Angola e fez um veemente apelo com vista ao encerramento do Tarrafal.

Mrs. Helen Ward, secretária do Comité Britânico para a Amnistia, fez uma minuciosa exposição sobre o regime prisional em Portugal, acentuando que nos cárceres salazaristas a PIDE viola do modo mais flagrante os princípios consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Citando exemplos, aludiu à tortura, à falta de assistência médica aos presos e à monstruosidade das medidas de segurança, como pena equivalente à prisão perpétua. Por último, ocupou-se da reabertura do Tarrafal, denunciando-a como crime contra a Humanidade.

RESOLUÇÃO

No final, sob proposta dos srs. W. G. Moore e Simons foi aprovada a seguinte resolução:

Esta reunião, realizada na Câmara dos Comuns, na terça-feira 28 de março de 1963, protesta nos termos mais enérgicos possíveis contra o tratamento brutal dos prisioneiros políticos em Portugal e Angola e a negação, em Portugal e suas colónias, dos direitos humanos elementares consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, da qual o Governo Português foi um dos signatários.

Pedimos ao Governo Português que encerre sem demora o Campo de Concentração das Ilhas de Cabo Verde e acima de tudo, que conceda uma anistia a todos os prisioneiros políticos.

Assinaram o documento as seguintes personalidades: Mrs. Judith Hart, deputada; Mr. Eric Lubbock, deputado; Reverendo Eric Blakeborough, pastor baptista; Mr. Aziz Noormahomed; Mrs. Haigh, por Amnesty International; Miss Audrey Sander; Mr. Redhouse, do Amnesty Three Group; Mr. G. A. Tilbury, do setor da Electricidade das Trade Unions; Mr. N. Jaeger, jornalista; Mr. R. Allen, da Federação dos Jovens Socialistas de Essex; Mr. A. Mills, da Federação dos Jovens Socialistas de South East; Mr. Heitzman, Kingston District, National Society of Metal Mechanics; Mr. Simons, Park Royal Branch; Mr. Osborne, dos Jovens Socialistas de Ilford; Mr. S. Levy, Holborn & St Pancras Labour Party; Mr. A. MacKay, dos Jovens Socialistas de N. Paddington; Mr. P. O. Regan, dos Jovens Socialistas de S. Paddington; Mr. Leslie Smith, quaker; Mr. Peter Burns; Mr. C. Noble, da Federação dos Jovens Socialistas, S. W. London; Mr. C. Derry, Draftsmen and Allied Technicians Association; Mr. O. Scott, dos Jovens Socialistas de Kingston; Mr. N. Tracey, dos Jovens Socialistas de Holborn & St Pancras; Mr. R. Levack, Brentford Trades Council; Mrs. J. Dyball, tesoureira do Comité Britânico para a Amnistia; Mr. Helen Ward, secretária do mesmo Comité; etc.

PROTESTAM OS GRAFICOS DE SÃO PAULO

Durante os trabalhos do III Congresso Estadual dos Gráficos foi proposta e aprovada a seguinte moção:

Dizer o que é o Tarrafal é dizer da hediondez de governantes que para se manterem no poder lançam mão de todas as medidas, inclusive aquelas que levam à destruição de nossos semelhantes que se opõem à sua nefasta atividade.

Assim é que foi instalado já há algum tempo pela ditadura, hoje com 37 anos de Oliveira Salazar, no Arquipélago do Cabo Verde, um presidio destinado aos presos políticos, em outras palavras, aos líderes da classe operária, do povo e aos intelectuais progressistas.

Face as atrocidades lá cometidas, por todo o mundo levantou-se, há vários anos, um clamor que fez com que o próprio governo português fechasse aquele presidio.

Entretanto agora, com o crescer da luta de libertação dos povos das colónias de Portugal, determinou o governo salazarista a reabertura daquele nefando local.

Cliente de que a reabertura do Tarrafal fará com que numerosas vidas sejam sacrificadas e que essas vidas serão as de numerosos operários e nacionalistas não só

das colónias como também da metrópole portuguesa.

PROPOMOS ao Plenário deste III Congresso Estadual de Traba-

lhadores Gráficos se manifeste junto ao Consulado de Portugal e junto ao Ministério do Exterior de nosso país protestando contra essa

aberração que fere os mais comensuráveis princípios dos Direitos do Homem; a reabertura do Tarrafal, o campo da morte lenta.



O ex-presidente da República do Brasil dr. Jânio Quadros quando recebia no seu escritório os democratas portugueses que lhe foram agradecer as suas declarações

A entrevista de Jânio Quadros teve repercussão internacional

A entrevista que o dr. Jânio Quadros, ex-presidente da República do Brasil, concedeu ao nosso jornal constituiu, como era de esperar, um acontecimento político que chamou a atenção da imprensa internacional. Porque se tratava de um documento de excepcional importância para os democratas portugueses tanto pela forma como pelo fundo das críticas feitas pelo entrevistado ao fascismo de Salazar "PORTUGAL DEMOCRATICO" facultou imediatamente cópias do seu texto às agências noticiosas "France Presse" e "United Press" que divulgaram largos excertos nos seus serviços mundiais.

De outro lado, a "Unidade Democrática Portuguesa", por intermédio do seu Serviço de Informações, além de remeter para Portugal centenas de cópias mimeografadas da entrevista, enviou para todos os jornais estrangeiros aos quais fornece regularmente os seus boletins em francês e inglês um extenso resumo das declarações do ex-presidente traduzido para aqueles idiomas.

No Brasil, o importante documento, ao ser divulgado, polarizou a atenção dos meios políticos. Três jornais — "A Gazeta", de São Paulo, a "Tribuna" de Santos e "Novos Rumos", semanário, transcreveram-no na íntegra. Outros, como "O Estado de S. Paulo", publicaram as principais passagens. É significativo que até órgãos habitualmente favoráveis ao fascismo português, como o "Diário da Noite", pertencente ao sr. Assis Chateaubriand, se tenham sentido no dever de noticiar o acontecimento com títulos a toda a largura da página.

JÂNIO SALAZAR E O COLONIALISMO

Para que os nossos leitores de Portugal e de outros países possam fazer uma idéia do tom geral dos comentários da imprensa anti-fascista transcrevemos abaixo as principais passagens do editorial que "Última Hora" consagrou ao assunto no dia 26 de março, dando ao mesmo honras de 1.ª página na sua cadeia nacional.

Sob o título "Jânio, Salazar e o Colonialismo", o importante diário escreveu:

"O sr. Jânio Quadros fez ontem um importante pronunciamento, divulgado pelas agências telegráficas para todo o mundo, sobre a ditadura medieval do sr. Oliveira Salazar e a política africana do

Brasil. Este jornal sente-se particularmente à vontade para aplaudir os conceitos emitidos pelo sr. Jânio Quadros. Não o aplaudimos em sua campanha para a Presidência da República, nem em sua volta à esfera política estadual, quando se candidatou novamente aos Campos Elisios. Somos insuspeitos, portanto, para falar do ex-presidente, com o qual não temos, nem jamais tivemos, qualquer compromisso. Na verdade, seu pronunciamento não deve ecoar no vazio da indiferença pública ou oficial; mantendo-se coerente com a política externa que adotou em seu efêmero governo, o sr. Quadros condena veementemente o regime que infelicitou o povo português há mais de trinta anos e vem fazendo correr um mar de sangue nas colónias de Angola e da Guiné, em benefício das "cem famílias" que dominam a nobre nação irmã. Lucidamente, o sr. Jânio Quadros dissociou o regime salazarista do povo português, "que não deseja a miséria e a escravidão do trabalho forçado impostas a milhões de africanos". E sugere que o governo brasileiro envie professores, medicamentos e leite aos duzentos mil angolanos que se encontram no Congo, fugidos às bombas de napalm das tropas colonialistas.

Finalmente, o sr. Jânio Quadros exprime o horror que lhe inspira a reabertura do campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, onde, num passado não muito distante, foram cometidos crimes monstruosos, comparáveis aos de Buchenwald e Auschwitz e que, só por si, bastariam "para apontar um regime à execução pública universal". As linhas básicas da política externa do sr. Jânio Quadros, que hoje constituem conquista irreversível das mais progressistas correntes nacionais, são confirmadas neste pronunciamento inequívoco e objetivo, que nos revela um líder político a caminho do amadurecimento e fiel a princípios que são também os do governo que lhe sucedeu.

OS DEMOCRATAS PORTUGUESES AGRADECEM

O general Humberto Delgado que, por intermédio do Serviço de Informação da UDP, tomara conhecimento do texto integral da entrevista do sr. Jânio Quadros antes da sua divulgação pela imprensa, dirigiu, com data de 2 de

abril, uma carta ao ex-presidente da República do Brasil, agradecendo-lhe a sua firme tomada de posição contra o fascismo salazarista.

Depois de recordar as circunstâncias que, em 1958, em plena campanha eleitoral, conduziram à formação de uma frente única oposicionista em torno da sua candidatura, o general Humberto Delgado acentua que a unidade da Oposição democrática se fortaleceu muito ultimamente e "apresenta agora uma solidez que pode ser prenúncio de uma decisão final, em breve".

—o—

Logo que saiu a edição do nosso jornal que publicava a entrevista, uma delegação de democratas portugueses, que incluía elementos dos conselhos de redação e administração de PORTUGAL DEMOCRATICO e da Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa, procurou o sr. Jânio Quadros a fim de lhe agradecer as suas declarações e de lhe oferecer exemplares do numero em referência. O ex-presidente da República do Brasil, a propósito do nosso editorial "Unidade e Organização", proferiu no ensejo algumas palavras para elogiar a ação unitária dos democratas portugueses, afirmando que na luta travada contra o fascismo português reputava essa unidade como condição indispensável. Acrescentou o sr. Jânio Quadros que em todas as circunstâncias podiam os democratas portugueses do Brasil contar com o seu apoio.

PORTUGAL, DEMOCRATICO
R. Cons. Furdado, 191, CP. 4488 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes

JÂNIO, SR.
ALEXANDRE ANTONES FERREIRA
R. LUCAS OREZ, 259
S. PAVÃO — CAPITAL